



Comissão Própria de Avaliação

CPA-UFABC



Relatório de autoavaliação institucional

Relatório parcial - março/2025

DADOS DA INSTITUIÇÃO

IES: Fundação Universidade Federal do ABC

Mantenedora: Ministério da Educação

Código no INEP: 4925

Instituição Pública Federal

Universidade

Estado: São Paulo

Cidade: Santo André e São Bernardo do Campo

REPRESENTANTE	SEGMENTO	MANDATO
Carolina Bezerra Machado	Docente (coordenadora)	De 04/04/2023 até 04/04/2026
Ligia Lopes Gomes	Técnico administrativa (vice-coordenadora)	De 17/05/2022 até 17/05/2025
Leonardo José Steil	Docente	De 04/04/2023 até 04/04/2026
Evonir Albrecht	Docente	De 04/04/2023 até 04/04/2026
Rail Ribeiro Filho	Técnico administrativo	De 17/05/2022 até 17/05/2025
Lucas Barbosa Rudge Furtado	Técnico administrativo	De 31/03/2023 até 31/03/2026
Rennan Santos de Araujo	Técnico administrativo	De 31/03/2023 até 31/03/2026
Guilherme Afonso Gomes dos Santos	Técnico administrativo	De 17/05/2022 até 17/05/2025
Rafael Rondina	Técnico administrativo	De 17/05/2022 até 17/05/2025
Gabriel Santana Silva	Discente graduação	De 31/03/2023 até 31/03/2025
Isabella Werneck Zanon	Discente graduação	De 31/03/2023 até 31/03/2025
Carlos Francisco Maerz Falanga	Discente graduação	De 05/04/2024 até 05/04/2026
Pedro Ruiz Marconato	Discente graduação	De 05/04/2024 até 05/04/2026
Jacque Mário Almeida Ié	Discente pós-graduação	De 05/04/2024 até 05/04/2026
Rafael Arosa Prol Otero	Discente pós-graduação	De 05/04/2024 até 05/04/2026
Vivian Paula Viegas	Representante sociedade civil	De 24/10/2023 até 24/10/2026

SUMÁRIO

1.	Introdução	3
1.1.	A Universidade Federal do ABC	3
1.2.	A atuação da CPA	5
1.3.	Metodologia	6
2.	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	8
2.1	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	8
3.	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	16
3.1	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão	16
3.2	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	35
4.	Eixo 4: Política de Gestão	50
4.1	Dimensão 5: Política de Pessoal	50

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2025, a Comissão Própria de Avaliação apresenta os resultados avaliativos parciais desenvolvidos ao longo do ano de 2024, conforme o calendário e as diretrizes da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 09/10/2014. Para o presente relatório, foram analisados o **eixo 2, desenvolvimento institucional**, o qual foi avaliado a dimensão 1: “Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional”, o **eixo 3, Políticas Acadêmicas**, em que foram avaliados a dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão e dimensão 9: Política de Atendimento aos docentes e, por fim, o **eixo 4: Políticas de Gestão**, dimensão 5: Política de Pessoal.

1.1 A Universidade Federal do ABC

Em 2004, o Ministério da Educação enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 para criar a Universidade Federal do ABC (UFABC). A lei foi sancionada e publicada em 27 de julho de 2005 como Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, e posteriormente alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015.

O projeto de criação da UFABC destaca a importância de uma formação integral, que considera uma visão crítica e histórica da sociedade, favorecendo a inserção social de forma ampla. Também leva em conta o dinamismo da ciência, propondo uma matriz curricular interdisciplinar que visa formar profissionais com um conhecimento abrangente e capazes de articular diferentes áreas do conhecimento científico e tecnológico.

Em 2024, a UFABC implementou o terceiro PDI de sua história. Assim como nos documentos anteriores, este foi elaborado com a participação da comunidade por meio de consultas e debates. Desse modo, consideramos importante que uma das análises do presente relatório seja sobre esse ponto. A primeira etapa de construção do novo PDI-UFABC, 2024-2033, teve início em 2021, no III Congresso da UFABC, com uma mesa intitulada “O novo PDI e as perspectivas para a UFABC nos próximos anos: missão, cenários e (im)possibilidades”. Esta mesa de debates recebeu a contribuição de representantes

de outras instituições que já tiveram experiência na elaboração de PDI, oferecendo elementos importantes para auxiliar a UFABC no desenvolvimento do seu futuro PDI.

Atualmente, a comunidade acadêmica da UFABC conta com 21.084 pessoas: 16.907 alunos de graduação, 2.192 de pós-graduação strictu sensu, 1.797 de pós-graduação lato sensu, 843 docentes, 790 técnicos e 352 trabalhadores terceirizados. A universidade oferece 30 cursos de graduação com 2.008 vagas anuais; em 2022, 1.624 alunos se formaram, totalizando 14.384 desde a sua criação. Possui também 29 programas de pós-graduação stricto sensu, com vagas e cursos lato sensu variáveis.

Os cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu oferecidos abrangem, além dos cursos interdisciplinares, as áreas de Ciências Naturais, Ciências Exatas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Cognição, Licenciaturas e Humanidades. A comunidade acadêmica e regional regularmente manifesta a necessidade de expansão das atividades universitárias para outras áreas do saber – demanda devidamente registrada nos capítulos do seu PDI.

De acordo com o Planejamento da Gestão, para os anos entre 2022-2026, os temas geradores da Universidade são os seguintes:

1. Promover o papel do ensino superior no desenvolvimento nacional e resguardar seus valores institucionais;
2. Consolidar a governança do PPI da UFABC, aprofundando a interdisciplinaridade e a inclusão social, com excelência;
3. Fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, e a integração com a sociedade por meio da inovação e da extensão universitária;
4. Garantir a inclusão e a permanência na UFABC;
5. Ampliar os processos de internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão, com base em uma política própria da UFABC;
6. Aprofundar a gestão sustentável e a qualidade de vida na UFABC;
7. Aprofundar as condições facilitadoras das relações de trabalho na UFABC;
8. Ampliar a transparência da governança e consolidar o sistema integrado de gestão na UFABC;
9. Consolidar as obras dos dois campi e atualizar e manter a infraestrutura tecnológica da UFABC.

Levando em consideração esses debates que são fundamentais para a Universidade e a avaliação SINAES do MEC, buscaremos refletir ao longo do nosso ciclo avaliativo de três anos (2025-2027) sobre esses temas.

1.2 A atuação da CPA

A CPA promove a cultura avaliativa na Universidade com análises e diagnósticos em diversas áreas, visando aprimorar Ensino, Pesquisa e Extensão, aumentar sua relevância social e integrar a comunidade. Para isso, é fundamental articularmos o desenvolvimento de uma avaliação individual e independente da CPA com outros setores de avaliação da instituição, conforme quadro abaixo:

Área	Principais atribuições avaliativas
Comissão Própria de Avaliação	Avaliações institucionais; dimensões SINAES.
Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)	Avaliação de disciplinas e dos cursos junto à comunidade acadêmica.
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Propladi)	Perfil dos alunos; acompanhamento do PDI; questões orçamentárias; contato com o INEP e MEC (Recenseador Institucional e Procurador Educacional Institucional).
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (Proap)	Avaliações sobre o PNAES e monitoramento das políticas de acesso e permanência estudantil
Comissão de Graduação (CG)	Discussão dos relatórios de avaliação das disciplinas e dos cursos elaborados pelos NDE
Comissão de Pós-Graduação (CPG)	Discussão dos relatórios de avaliação dos PPG

A CPA participou ativamente das reuniões das Comissões de Graduação (CG), de Pós-graduação (CPG), onde seu relatório foi apresentado e discutido com os membros participantes. Além disso, manteve reuniões com as Pró-reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-graduação (PROPG) e de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP), divulgando o trabalho da CPA e promovendo a cultura da autoavaliação. Essa articulação é essencial para que a CPA se consolide como um espaço de integração das diversas avaliações realizadas na UFABC, especialmente aquelas conduzidas por essas instâncias, que exploram aspectos cruciais relacionados às políticas de ensino e ao atendimento dos discentes.

Em particular, a Comissão de Graduação é o espaço de discussão das avaliações anuais do conjunto dos cursos de graduação da Universidade elaborados pelos respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE). Tais avaliações são elaboradas a partir de questionários respondidos pelos alunos contendo um conjunto de perguntas relativas às disciplinas ministradas a cada quadrimestre. Trata-se de material rico e detalhado, que abrange questões relacionadas ao conteúdo das disciplinas, à didática docente, à bibliografia, às condições de infraestrutura e à dedicação dos alunos. A CPA há alguns anos passou a acompanhar as discussões desse material no âmbito da CG, contribuindo para o seu aprimoramento e permitindo à própria Comissão construir uma visão macro das avaliações dos cursos de graduação. Além disso, a CPA também se integrou ao esforço de utilização dessas informações nos processos de discussão e planejamento da Universidade no que diz respeito ao Ensino ao contribuir com o planejamento dessas avaliações.

1.3 Metodologia

Para o desenvolvimento do presente relatório, diferentes metodologias foram desenvolvidas, conforme disponibilizamos abaixo:

Ao avaliar o perfil de atendimento discente, utilizamos, sobretudo, a Pesquisa de Perfil Discente 2024, questionário de preenchimento obrigatório pelo corpo discente da graduação, que coletou dados quantitativos sobre a satisfação dos discentes em relação aos serviços oferecidos pela universidade. Apesar disso, é facultado aos discentes abster-se de responder com duas opções “Não posso opinar” ou “Prefiro não responder”.

Para a Pesquisa de Perfil Discente 2024, a CPA solicitou a inclusão de algumas questões para avaliar o atendimento ao discente, são elas:

- Avalie as ações de acolhimento de ingressantes.
- Avalie o apoio psicopedagógico.
- Avalie as ações de apoio acadêmico (monitoria).
- Avalie as ações de apoio acadêmico (cursos de revisão de matemática e física).

- Avalie os programas de inclusão e acessibilidade.
- Avalie as ações de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios.
- Avalie as ações e políticas de apoio à permanência estudantil (auxílios)
- Avalie o Sistema de Matrículas
- Avalie o SIGAA

As respostas dos discentes variam de 1 (muito insatisfatório) a 5 (muito satisfatório) e incluem duas opções de abstenção na resposta: “Não posso opinar” ou “Prefiro não responder”. As abstenções foram, em geral, excluídas da análise nas avaliações, exceto quando o número de abstenções na resposta também é um indicativo para a avaliação, como se verá na análise das políticas de inclusão e acessibilidade.

Além da avaliação discente de graduação, utilizamos também as informações públicas disponibilizadas nas páginas dos serviços avaliados ou na [página de dados da UFABC](#).

Cumpre destacar que a CPA solicitou informações à Pró-reitoria de Pós-Graduação sobre a iniciativa de uma pesquisa junto ao corpo discente de pós-graduação que permitisse uma avaliação semelhante, mas não obteve retorno. Por isso, o presente relatório restringe-se à graduação.

Para a avaliação das Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão foram prioritariamente utilizados dados secundários, em especial documentos institucionais, como o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, resoluções e páginas de internet de diversas áreas da universidade, além de dados e estatísticas disponíveis no Repositório de dados da UFABC¹, que permitiram o cotejamento das informações previstas nos diversos documentos e análise sobre seu alinhamento e atendimento às diretrizes institucionais e regulatórias.

Quanto à avaliação das políticas de gestão de pessoas, mais especificamente no que diz respeito ao recorte na mensuração das políticas de migração e retenção de servidores, foram majoritariamente empregados dados secundários, obtidos, por meio do Portal da Transparência e do repositório de dados da UFABC, mas adicionalmente e principalmente junto às seguintes unidades administrativas vinculadas à

¹ <https://dados.ufabc.edu.br/>

Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEPE): Coordenação de Gestão Estratégica (CGE), Divisão de Acompanhamento Funcional (DAF) e Seção de Ingresso e Movimentação de Pessoal (SIMP).

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Breve contextualização do fechamento do PDI 2013-2022 e processo de elaboração inicial do Novo PDI (2024-2033).

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC (PDI) esteve em fase de transição, no sentido que se encerra o PDI para o decênio 2013-2022 - com prorrogação de 1 (um) ano em 2023 (aprovado no Conselho Universitário da UFABC (ConsUni), na Sessão Ordinária de 19/07/2022) – e se institui a Comissão Coordenadora para conduzir a elaboração desse Novo PDI, que passa a ser denominada “Comissão PDI”, mediante a Portaria nº 3.082, de 23 de janeiro de 2023 e constante no Boletim de Serviço nº 1.215 de 27/01/2023².

O Novo PDI terá validade para o decênio 2024-2033 e as atividades de desenvolvimento, avaliação, discussões técnicas com Reitoria, Comissão e Áreas envolvidas, além das discussões feitas com a Comunidade acadêmica em geral e com a comunidade externa/sociedade foram desenvolvidas durante o ano de 2023.

No sentido de maior aproximação com a comunidade, houve consulta em forma de formulários, acerca das demandas mais prementes e expectativas da comunidade acadêmica acerca dos pontos e ideias-força a que poderiam ser abordados no PDI³.

²https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_1215.pdf

³ <https://pdi.ufabc.edu.br/2024-2033/>

Além disso, o V Congresso da UFABC *#Horizontes em Construção*⁴, realizado entre 26 e 28 de setembro e que embasava pontos a serem abordados no Novo PDI, junto da comunidade acadêmica, contou com sete mesas: 1) Mesa 1 - Ensino: A articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação na próxima década; 2) Mesa 2 - Fortalecimento de ambientes de pesquisa e inovação na UFABC; 3) Mesa 3 - Cultura e Extensão: Concretizar a integração da UFABC e seu entorno; 4) Mesa 4 - Autonomia, medidas de governo e condições de trabalho: quais os princípios para amadurecer as políticas de gestão de pessoas na UFABC?; 5) Mesa 5 - Governança e ferramentas de gestão inovadoras: como elas podem ajudar a UFABC?; 6) Mesa 6 - Inclusão Universitária e Permanência Estudantil: um retrato da comunidade UFABC na construção de uma política de permanência; e 7) Mesa 7 - Consolidação e Expansão da infraestrutura para a missão institucional da UFABC. Tais iniciativas foram positivas no sentido da aproximação institucional com a comunidade interna e externa.

Abordagens e indicadores elencados na Avaliação da Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade

De acordo com o Instrumento de Avaliação Externa (em seu glossário), que também leva em consideração os Eixos do SINAES, o Plano de Desenvolvimento Institucional é:

“Instrumento de planejamento e gestão, que considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, observando as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou visa a desenvolver.

O PDI deve ser mantido atualizado e coerente com a organização acadêmica da IES e contemplar também: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; perfil do corpo docente e de tutores; oferta de cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e/ ou à distância; descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas; demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras, observadas as exigências do Decreto nº 5.773/06.” (INEP/MEC, p. 40).

⁴ <https://congresso.ufabc.edu.br/2023/>

Na Lei nº 10.861/2004⁵, que institui o SINAES, as questões acerca da missão e desenvolvimento institucional vêm indicadas a em:

“Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional (...);

[...]

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação⁶; (...)"

Nesse sentido de nossa avaliação, há seis indicadores elencados:

- . 2.1: Missão, objetivos, metas e valores institucionais;
- . 2.2: PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação;
- . 2.3: PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural;
- . 2.4: PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial;
- . 2.5: PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social;
- . 2.6: PDI e política institucional para a modalidade EaD e; Estudo para implantação de polos EaD (duas abordagens agrupadas em uma).

⁵ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>

⁶ Grifos nossos.

2.1: Missão, objetivos, metas e valores institucionais

Missão, objetivos, metas e valores institucionais estão expressos no PDI. Há comunicação destes com as políticas de ensino, extensão e pesquisa; **no entanto apesar de haver comunicação transversal entre os BIs e os demais cursos, esta não é plena**, havendo conflitos, inclusive com a comunidade, acerca do projeto do BC&T e o Plano Pedagógico Institucional (PPI) da UFABC.

Em relação à comunicação com a comunidade externa por meio de ações relativas à responsabilidade social, esta preocupação existe, porém sempre é necessário **chamar a atenção para melhorias na extensão**, no acesso da comunidade, especialmente relativamente à **publicidade** das atividades e ações, o que pode gerar maior valor significativo da UFABC em seu entorno social e territorial.

2.2: PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação

Há alinhamento do PDI com a política de ensino, considerando métodos didáticos e pedagógicos, metodologias que favorecem o atendimento pedagógico especializado e as atividades pedagógicas dos ensinos de graduação e pós-graduação, **porém é necessário que sejam alinhadas de maneira mais incisiva**. Um dos exemplos que gerou discussões na UFABC em 2023 é a quantidade de créditos obrigatórios em cursos; o PPI⁷ 2017, p. 50) coloca que 35% das disciplinas dos BIs devem ser obrigatórias e, ao mesmo tempo, o Projeto BC&T (2022, p. 25)⁸ coloca que obrigatórias são 84 créditos de 200 (42% e não os 35% previstos). **Lembramos que o PPI é subordinado ao PDI** (2013-2022, prorrogado em 2023) e neste vigente (p. 88)⁹ havia 90 créditos e, no Novo PDI (2024-2033), espera-se que a instituição retifique tais questões.

Em relação à base tecnológica com incentivo à interdisciplinaridade, há êxitos no planejamento didático-institucional da UFABC, porém, referenciando a questão acima

⁷ <https://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/projeto-pedagogico-institucional>

⁸ https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/ppc_bct_2023.pdf

⁹ <https://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>

já assinalada, a quantidade de disciplinas obrigatórias no BC&T que excede o previsto, impacta na redução da quantidade de disciplinas de opção limitada e livres, o que **compromete parcialmente a interdisciplinaridade**, havendo clara **divergência entre o PPI e o Projeto do BC&T**. Em relação ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do BC&H¹⁰ há 72 créditos obrigatórios (2022, p. 21) de 200 totais (36% das disciplinas)¹¹, mas deveria haver 70 créditos (35% dos créditos, para se estar alinhado ao PPI); ou seja, apesar de haver menor impacto nas discussões e menor proporção de inconsistência, em comparação ao BC&T, **o Projeto do BC&H também deve ser adequado ao PPI**.

Apesar das questões levantadas, as ações desenvolvidas são exitosas, figurando a UFABC entre uma das Universidades de bom destaque no país. A adequação dos PPCs do BC&T e do BC&H ao PPI (este subordinado ao PDI), quanto à sua efetiva interdisciplinaridade, é importante para a manutenção de um processo de institucionalização já exitoso da Universidade e que pode ser ainda melhor.

2.3: PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural

Há alinhamento entre o PDI e as práticas de pesquisa de iniciação científica (IC), com desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e interpretação do conhecimento, com linhas de pesquisa e trabalhos com esforço para manter a transversalidade em relação aos cursos ofertados. **De fato há transversalidade por meio de um esforço para a manutenção da interdisciplinaridade** (termo bastante citado no PDI e nos projetos de cursos) e, apesar dos créditos dos cursos, citados no item 2.2, poderem dificultar colateralmente as ações, **estruturalmente na graduação e na pós-graduação, há vontade institucional e ações concretas para a promoção dessas políticas**.

Em relação aos mecanismos de transmissão de resultados para a comunidade, de fato há políticas de divulgação e práticas de pesquisas científicas engajadas em demonstrar os resultados para a sociedade, na INOVA, PROGRAD, PROPG, etc.

¹⁰ https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/PPCBH_anexol_ementas_obrigatorias.pdf

¹¹ https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consepe_ato_decisorio_236_anexo.pdf

Temos, por exemplo: sistemas de informação, patentes, convênios firmados, divulgação científica nas *Semanas Temáticas*, Congresso da UFABC, UFABC para Todos, entre outras ações.

2.4: PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

O PDI possui políticas institucionais que se relacionam diretamente com a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, além da defesa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. Há um cuidado com a sustentabilidade, valorizando a memória cultural e a história, além da inserção geográfica local. A tendência é que esses temas apareçam ainda com mais força no Novo PDI (2024-2033), pois após onze anos da instauração do PDI vigente até fins de 2023 (2013-2022), vários dos temas, que ganharam mais sensibilidade e percepção no debate junto à sociedade, ganham mais visibilidade na própria Universidade.

Em relação à transversalidade, a questão da igualdade étnico-racial é muito perceptível, com políticas afirmativas de ingresso e disciplinas, além, da significância do tema em cursos e disciplinas. Há um debate significativo na questão de igualdade de gênero também.

Em relação aos egressos (e à comunidade discente em geral), há falta de informações e base de dados institucionalizados, além de acompanhamento profissional maior; os dados e informações são insuficientes em relação aos egressos. Os dados e estudos acerca dos (as) estudantes evadidos também são insuficientes, uma vez que muitas vezes não há como a Instituição traçar um perfil desses (as) estudantes, o que pode estar fortemente relacionado a um maior grau de vulnerabilidade socioeconômica destes e pode impactar em um grau de diversidade socioeconômica aquém do que a UFABC, mediante seu PDI, visa. Como os resultados, ou *outputs*, são, dentre outros fatores, a quantidade de formandos e a qualidade de suas ocupações, ao não ter o lançamento, de forma maciça e consistente, de dados dos alunos em um

sistema integrado de Gestão único e institucionalizado, como deveria estar realizado pelos setores competentes com o suporte do SIGAA, o acompanhamento dos egressos é dificultado, tal como o acompanhamento interno de estudantes de graduação e pós, além daqueles (as) que necessitam de alguma política pública ou que possuam necessidade específica, o que dificulta na apresentação de resultados à sociedade.

2.5: PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social

Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão; a tendência é de se ampliar ainda mais esses pontos no Novo PDI (2024-2033).

Em relação ao empreendedorismo em geral, este ponto é colocado no PDI em suas dimensões, de maneira transversal, visando ao o espírito investigativo e inovador, inserção no mercado de trabalho e desenvolvimento social, por meio do ambiente acadêmico.

Há alinhamento dos objetivos da IES com ações empreendedoras, com promoção de ações exitosas e inovadoras, o que podemos ver nos rankings de qualidade, internacionalização e mobilização da comunidade acadêmica, com simpósios, apresentações e, inclusive, organizações estudantis (IEEE, Harpia etc.) e cursos (inclusive novos) com projetos que levam em consideração a inovação e o empreendedorismo, em caráter geral.

2.6: PDI e política institucional para a modalidade EaD e; Estudo para implantação de polos EaD (duas abordagens agrupadas em uma)

Em relação à política institucional para a modalidade EaD, há ligação desta com o PDI, porém necessitam ser desenvolvidas e institucionalizadas em ações referentes à criação de mais plataformas EaD tais como alinhamento à UAB e criação do NTE (PDI, p. 64), alinhado ao PPI (pp. 21 e 43); no tocante ao alinhamento institucional com o projeto pedagógico vigente, com intermédio do NTE e com base na **Resolução CG nº 10/2015**, os cursos poderão oferecer a modalidade de ensino semipresencial,

baseado em tecnologias¹² de informação e comunicação não presenciais¹³. Previsto no PDI e anterior à Portaria 1.134/2016¹⁴.

Em relação aos polos e à formação pretendida na localidade dos polos/ofertas: **não há polos físicos didáticos exclusivos EaD da UFABC, porém na prática a UFABC funciona como um polo administrativo vinculado à UAB por ser Sede¹⁵ com atribuições específicas**, mas os cursos oferecidos pela UFABC referentes à plataforma UAB são ministrados em diferentes localidades do Estado de São Paulo (sendo a maioria na Grande São Paulo, no Município de São Paulo). **Há disciplinas de graduação semipresenciais e cursos de pós lato sensu (9 dos 12) ministrados de forma EaD, mas cursos completos de graduação e pós strictu-sensu não existem nessa modalidade** e mesmo onde há cursos, mediante o **NETEL** (antigo NTE), há busca de facilitação de uso por parte dos discentes com a ofertados cursos em várias localidades descentralizadas (em estruturas de CEUs, etc.), porém é **difícil aferir se realmente há formação desejada por parte dos discentes**. Em relação às ofertas de cursos EaD (pós-lato sensu): são cursos que respondem à necessidade social e acadêmica, mas as condições de localidades de oferta não são explicitadas.

Em relação ao **Estudo e planos estratégicos para implementação de polos EaD, há referência no PDI 2013-2022 (p. 64)**, tal como em relação à criação de novos cursos neste formato, mas de fato os *cursos próprios*, exceto os nove de pós-lato (especialização, reconhecidos e cadastrados no e-Mec¹⁶), e o *polo exclusivo, não foram implantados no período*. Há no PDI alguns pontos que levam em consideração a regionalização em relação à interação com as escolas da região, além de atuação em

¹² <https://prograd.ufabc.edu.br/comissao-de-graduacao/resolucoes/1153-resolucao-n-10-17-12-15-estabelece-normas-e-procedimentos-para-oferecimento-de-disciplinas-semipresenciais-em-cursos-de-graduacao-presenciais-da-ufabc>.

¹³ “Art. 1º Os cursos de graduação presenciais da Universidade Federal do ABC poderão oferecer, em suas matrizes curriculares, disciplinas que, no todo ou em parte, utilizem a modalidade de ensino semipresencial.

Parágrafo único. A disciplina semipresencial caracteriza-se por sua organização em unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem, com o uso integrado de novas tecnologias de informação e comunicação não presenciais.” (RESOLUÇÃO CG/UFABC Nº10, 2015)

¹⁴ <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>

¹⁵ Portaria nº 857/2021. file:///C:/Users/guilherme.afonso/Downloads/Recredenciamento_EAD-UFABC-625556_448.pdf

¹⁶ <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

ações afirmativas, como o combate à evasão, com o intermédio de ferramentas de ensino EaD, porém é de difícil precisão a avaliação de resultados, **sendo necessárias ações mais sistemáticas e institucionalização de métricas e indicadores de acompanhamento**. Em relação à justificativa baseada nas necessidades de desenvolvimento social para a implementação da modalidade EaD, há coerência entre a abordagem na seção EaD e Tecnologias Educacionais (PDI, pp. 63-65) com relação com a missão e valores institucionais da UFABC.

É importante salientar que na Agenda Prioritária de Planejamento 2023-2024 (p. 5) ¹⁷, no Tema Gerador 1, há uma ação relacionada a ensino EaD: *Estabelecer diretrizes institucionais para o ensino mediado por tecnologia e a educação à distância*, de responsabilidade do NETEL, PROPG e da PROGRAD.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicador 3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas às políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando a atualização curricular sistemática, com a oferta e adequação das disciplinas de opção limitada dos cursos de formação específica (cursos Pós-Bacharelados Interdisciplinares e Pós-Licenciaturas Interdisciplinares) e a atualização dos próprios cursos de ingresso dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e Licenciaturas Interdisciplinares (LIs) – estas, cursos bem mais recentes – abordadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI, 2017)¹⁸.

No entanto, há um descompasso entre as ofertas previstas entre o PPI e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do maior curso de ingresso, o BC&T (2022-23). O PPI coloca “Para os Cursos Interdisciplinares de Ingresso, os limites são determinados como

¹⁷ https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/planejamento_gestao/agenda_prioritaria_23_24_vf.pdf

¹⁸ https://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf

máximo de 35%, para disciplinas obrigatórias, e mínimo de 30%, para disciplinas livres" (2017, p. 13); enquanto o PPC do BC&T, constante no Boletim de Serviço nº 1.229 de 21 de março de 2023¹⁹, coloca que há três formas de disciplinas: obrigatórias (84 créditos com 47,47%, consideravelmente maior que os 35% do PPI), opção limitada (32 créditos com 18,18%) e as livres (60 créditos, com 34,09%) dos mesmos (2023, p. 25). Portanto vemos que há uma necessidade de ajuste dos créditos do PPC do BC&T para haver um compasso com o PPI. Essa necessidade de ajuste, inclusive, está reconhecida no atual PDI (2024-2033- p.34).

Vale ressaltar, entretanto, que esta situação de inconformidade vem sendo tratada desde 2023 pela Coordenação do Bacharelado em Ciência e Tecnologia e pela gestão da UFABC, por meio da Pró-Reitoria de Graduação.

A Portaria nº 2652/2022 da ProGrad estabelece o fluxo e os prazos para o processo de revisão e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFABC. Anteriormente à revisão do Projeto Pedagógico do BC&T realizada em 2023, o percentual de disciplinas obrigatórias deste curso era de cerca de 55% do total. A redução para cerca de 47% foi negociada em reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com o compromisso de posterior redução deste valor de 47% para 35%, conforme consta do PPI e descrito no PDI.

A necessidade da realização deste acordo era que a revisão do Projeto Pedagógico do BC&T impactaria todas as revisões de PPC dos cursos de Formação Específica pós-BC&T, sendo que todas estas tinham que, necessariamente, estar concluídas rapidamente para contemplar a curricularização da extensão.

Quanto à modalidade de Ensino à Distância (EaD), há referências no novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2033)²⁰, constante no Boletim de Serviço 1.330 de 22 de março de 2024, porém ainda referentes especialmente à definição institucional de diretrizes para a EaD, para possíveis ramificações futuras, com qualidade (2024 p. 29). Ainda há um debate limitado acerca da modalidade EaD na graduação e pós-graduação. Os únicos cursos ministrados nessa modalidade são pós-graduações lato sensu, que estão vinculados ao sistema da Universidade Aberta do

¹⁹ https://prograd.ufabc.edu.br/pdf/ppc_bct_2023.pdf

²⁰ https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/pdi/PDI_UFABC_2024_2033_ato_257_24_CONSUNI.pdf

Brasil (UAB), auxiliados pelo Netel. A ABMES, por meio da Portaria nº 2.117/2019²¹ dispõe da carga horária EaD em cursos presenciais de graduação das IES pertencentes ao sistema federal de ensino (caso da UFABC), podendo chegar até o limite de 40% da carga horária do curso (ABMES, 2019, Art. 7º), tendo a UFABC possibilidade de adesão a esses parâmetros.

A oferta de disciplinas em modo híbrido ou semipresencial está autorizada pela Resolução da Comissão de Graduação nº 10/2015, mas nunca foi efetivamente regulamentada. Conforme definição nesta resolução, a disciplina semipresencial caracteriza-se por sua organização em unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem, com o uso integrado de novas tecnologias de informação e comunicação não presenciais.

Neste sentido, no período pós pandemia, a UFABC retomou, ainda que lentamente, as discussões sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação não presenciais. A utilização dos TICs, inclusive nas aulas presenciais, é incentivada no ensino da graduação. Interlocuções recentes entre a ProGrad e o NETEL têm produzido resultados que, espera-se, possibilitem um rápido desenvolvimento desta área. Como exemplo, vale mencionar a mesa de discussão Desafios e Oportunidades da Utilização das TICs e da IA no ensino de graduação, com a presença da ProGrad, NETEL e conceituados representantes externos, que teve como um de seus objetivos trazer elementos para estabelecer agenda para compromisso previsto no PDI 2024-2033.

Também em relação à modalidade de Ensino à Distância, existe clareza de que trata-se de um campo no qual o ensino de graduação precisa se capacitar e avançar, até porque ele está sendo rapidamente dominado por instituições privadas, o que tende, a médio prazo, a dificultar a captação de novos ingressantes. Entretanto, neste caso, além da vontade institucional, faz-se necessário um forte aporte de recursos do MEC para viabilizar a contratação de novos servidores docentes e técnicos, para recursos para tutores e bolsistas, para a capacitação de docentes formadores, para ampliação e manutenção de estúdio etc.

²¹ <https://prograd.ufabc.edu.br/comissao-de-graduacao/resolucoes/1153-resolucao-n-10-17-12-15-estabelece-normas-e-procedimentos-para-oferecimento-de-disciplinas-semipresenciais-em-cursos-de-graduacao-presenciais-da-ufabc#:~:text=2%C2%BA.,menos%2075%25%20de%20tais%20atividades>

Existem propostas de projetos de monitoria acadêmica que atualmente são ações de grande transversalidade, captadas por meio de Editais anuais de Seleção de Propostas para o Programa de Melhoria do Ensino de Graduação e de Incentivo à Integralização dos Cursos. Durante o ano de 2024 foram selecionadas 44 propostas captadas junto a docentes ou grupos de docentes, para as quais são lançados Editais para vagas de alunos monitores.

Este Programa tem por objetivo promover a melhoria dos índices de aprovação em componentes curriculares, especialmente daqueles que historicamente apresentam altas taxas de retenção de alunos. O Programa contempla propostas de ações acadêmicas diversas, como: cursos de nivelamento, de reforço, minicursos, atendimentos de orientação para matrículas individuais e em pequenos grupos, formação de grupos de estudo, produção de materiais de estudo, acompanhamento do rendimento discente, dentre outras.

A Pró-Reitoria de Graduação também lança editais para captação de alunos bolsistas nos Programas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Programa de Educação Tutorial (PET). Nestes programas há também uma contrapartida de bolsas adicionais disponibilizadas pela UFABC para alunos que ingressaram por meio de reserva de vagas.

Também existem iniciativas de captação de alunos monitores para apoiar cursos de revisão de tópicos, apoio ao Projeto Q-Zero, que prepara os alunos ingressantes para o início do curso de graduação na UFABC e de apoio ao Programa PEAT, de tutoria a alunos em situação de risco.

No tocante à mobilidade acadêmica internacional, há Editais publicados pela ARI (atualmente em 09/2024 para o 1º e 2º semestres de 2025)²² com convênios firmados com universidades estrangeiras e com vagas definidas; e em relação à mobilidade nacional, há convênios formados com universidades nacionais, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)²³.

As ações de mobilidade nacional e internacionalização são exitosas em geral, sendo a UFABC reconhecida nacionalmente e internacionalmente, tendo um índice de internacionalização elevado nos rankings universitários.

²² <https://ri.ufabc.edu.br/mobilidade-academica/editais/edital-geral-de-mobilidade-academica-2024-2025>

²³ <https://ri.ufabc.edu.br/mobilidade-academica/para-brasileiros-de-outras-ies>

Em síntese, podemos afirmar que A UFABC busca atualizar sistematicamente seus currículos para garantir que os alunos recebam uma educação relevante e de qualidade. Nesse sentido, a oferta de disciplinas de opção limitada permite que os alunos personalizem sua formação acadêmica de acordo com seus interesses e objetivos. Todavia, atualmente se observa um descompasso entre PPI e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso BC&T no tocante percentual de disciplinas obrigatórias, livres e de opção limitada. apresentam discrepâncias nos limites de disciplinas obrigatórias e livres.

Embora a UFABC ainda não ofereça cursos de graduação totalmente em EaD, existem iniciativas de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino de graduação, inclusive em aulas presenciais. O PDI traz referências para implantação do EaD, sendo necessária maior discussão da comunidade acadêmica para sua implementação.

A universidade oferece cursos de revisão e monitorias para nivelamento dos alunos, especialmente em áreas como Matemática e Física, buscando ajudar os alunos a superar dificuldades acadêmicas e melhorar seu desempenho, e também promove a mobilidade acadêmica internacional e nacional, por meio de convênios com universidades estrangeiras e nacionais, o que permite que os alunos tenham experiências acadêmicas e culturais enriquecedoras em outras instituições de ensino.

Indicador 3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*

As ações político-administrativas no PDI estão relacionadas com algumas políticas de ensino para os cursos *lato sensu*. Ressalta-se que a pós-graduação *lato sensu* na UFABC é de impacto e publicidade limitados, sendo cursos que se diferenciam do escopo da maior parte dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* da Universidade, sendo alguns cursos fornecido de maneira EaD (PDI UFABC 2024-2033, p. 31) e em polos UAB fora dos Câmpus da UFABC.

Para a aprovação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu*, é necessário que os docentes e membros interessados se atentem ao Regimento da Comissão de Especialização (Anexo do Ato Decisório ConsUni nº 174²⁴). Após a aprovação na Comissão de Especialização (CoE), os projetos dos cursos passam para apreciação e aprovação no ConsEPE e, à posteriori, os planos são enviados à Comissão Permanente de Convênios (CPCo)²⁵. A CoE é composta por membros natos, representantes indicados e representantes eleitos²⁶.

Embora exista dificuldade em fazer correlação direta sobre o impacto que os 12 (doze) cursos²⁷ possuem na Região do Grande ABC, é possível verificar que os cursos são voltados à educação, formação de professores, tecnologia, inovação e temas importantes na contemporaneidade. A Região, além de possuir um histórico econômico de forte industrialização, mantém uma memória de formação de grandes movimentos trabalhistas e sociais, características as quais tanto os governos, quanto as comunidades locais buscam ressaltar na formação da identidade local, sendo os cursos bastante correlatos com essa formação e as demandas contemporâneas, com interface com cursos nas áreas de Educação e demais áreas interdisciplinares.

Não é direta a articulação da oferta de cursos *lato sensu* com áreas na graduação, porém são correlacionadas, dadas às características do projeto pedagógico dos cursos de graduação e da interdisciplinaridade nos BIs/LIs e nos cursos de formação específica de graduação.

Na pós-graduação *lato sensu* (especialização) quase a totalidade dos docentes são doutores (98%) e há ações inovadoras, especialmente na inclusão, ressaltando, por exemplo, a presença de membros de grupos sociais, mulheres, público-alvo da Educação Especial (PAAE) e outras ações, nos cursos, além de busca pela integração entre a Universidade e a educação básica com as práticas escolares.

Observa-se, portanto, que a pós-graduação *lato-sensu* é oferecida em cursos específicos, havendo a possibilidade da criação de novos cursos, sendo necessário para

²⁴ https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/anexo_consuni_ato_decisorio_174.pdf

²⁵ <https://propg.ufabc.edu.br/novos-cursos/>

²⁶ <https://propg.ufabc.edu.br/eleicoes-coe/>

²⁷ <https://propg.ufabc.edu.br/cursos-lato-sensu/>

tal a apresentação de propostas de criação de novos cursos, seguindo os trâmites estabelecidos e a aprovação nas instâncias competentes.

Os cursos de pós-graduação lato-sensu estão alinhados com as demandas contemporâneas da região, incluindo educação, formação de professores, tecnologia e inovação. Além disso, embora não seja direta, a oferta de cursos lato-sensu está correlacionada com as características do projeto pedagógico dos cursos de graduação e da interdisciplinaridade nos BIs/LIs.

Indicador 3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*

Há política de ensino e ações acadêmico-administrativas para cursos de pós-graduação *stricto sensu* contundentes na UFABC, havendo articulação entre os cursos de graduação com as pós-graduações *stricto sensu* por intermédio de ações como participação de estudantes de graduação com maturidade e em vias de conclusão de curso com matrícula do tipo aluno especial nas disciplinas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em suas respectivas áreas de domínio e estudos/pesquisas (com possível convalidação de disciplinas atestadas pelos docentes), estágio-docência de alunos de pós-graduação (especialmente bolsistas, mas com possibilidade para quem se interessar) como assistentes dos docentes na graduação e a própria participação dos (as) docentes concomitantemente vinculados à graduação quanto à pós-graduação.

O V Congresso da UFABC, realizado entre os dias 26 e 28 de setembro de 2023²⁸, abordou a importância entre a articulação entre a graduação e pós-graduação, que deveria ser intensificada, dando insumo ao novo PDI (2024-2033) que viria a ser aprovado pelo ConsUni em março de 2024 (PDI, 2024, p. 22). No PDI está colocado que um dos objetivos para a ampliação de ofertas e infraestruturas, seria necessário “desenvolver políticas que favoreçam a aproximação entre a graduação e a pós-graduação” (PDI, 2024, p. 44).

Em relação à qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, seus níveis vêm aumentando de maneira contundente, de acordo com a avaliação dada pelo Conceito CAPES dos cursos. De acordo com a tabela propg07, constante no Repositório

²⁸ <https://pdi.ufabc.edu.br/2024-2033/v-congresso-ufabc-horizontesemconsolidacao/>

de Dados da UFABC²⁹, no final de 2023, a UFABC possuía 29 programas de pós-graduação stricto sensu (PPGs), sendo que 7 (sete) possuíam conceito Capes 5 e 2 (dois) possuíam conceito Capes 6, sendo estes os cursos de Nanociências e Materiais Avançados e Ciência e Tecnologia/Química.

Há, nesse sentido, a articulação entre graduação e pós-graduação em ações como participação de estudantes de graduação em disciplinas de pós-graduação, estágio-docência de alunos de pós-graduação e participação de docentes em ambos os níveis. O V Congresso da UFABC (2023) e o novo PDI (2024-2033) destacam a necessidade de intensificar a articulação entre graduação e pós-graduação.

Sobre a qualidade dos cursos de pós-graduação, a avaliação do Conceito CAPES dos cursos mostra um excelente resultado, com aumento nos conceitos dos programas: 7 programas de pós-graduação stricto-sensu classificados no conceito Capes 5 e 2 programas possuindo conceito Capes 6.

Indicador 3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

Há ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural. As ações acadêmico-administrativas para pesquisa e iniciação científica (IC), inovação e o desenvolvimento cultural estão em conformidade com várias políticas estabelecidas.

Em relação ao desenvolvimento cultural, há a busca de respeito à diversidade cultural, ressaltadas nos documentos oficiais, ressaltadas no novo PDI (2024-2033) como intercâmbio de internacionalização e ações de extensão que passam também esta dimensão (regulamentada pela Resolução ConsEPE nº 253/2022³⁰ , além de incentivos de ações mediante auxílios-eventos culturais.

²⁹ <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>

³⁰ https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resoluo_253_-regulamenta_a_incluso_de_carga_horria_em_aes_de_extenso_e_de_cultura_exigida_na_graduaorevoga_e_substitui_a_resoluo_222_-_assinada.pdf

A **Resolução nº 253/2022 ConsEPE** foi ressaltada no texto do novo PDI, pois considera-se que, esta “como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico ou tecnológico que promove a interação transformadora entre a UFABC e os outros setores da sociedade (...)” (PDI 2024-2033, p. 80). Em relação ao espaço físico, o Bloco C (Cultural) do Campus Santo André não foi entregue, devido às dificuldades orçamentárias dos últimos anos, porém há uma expectativa que este seja um espaço para construir um rol de aparelhos culturais públicos acessíveis e de excelência para o país (PDI 2024-2033, p. 87). Em junho de 2023, houve a iniciativa da construção da Política Institucional de Cultura, promovida pela PROEC, sendo destinada a ouvir a comunidade interna³¹. **Em relação à dimensão de desenvolvimento artístico**, mesmo este sendo próxima à dimensão do desenvolvimento cultural, em que pese que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – Proec vem liderando o processo de elaboração da Política Institucional de Cultura da UFABC, ainda **há poucas referências** em documentos oficiais da UFABC, mesmo em seu PDI, **sendo necessário um olhar mais atento para essa dimensão de desenvolvimento socioeconômico**, por parte dos documentos oficiais e da própria comunidade acadêmica, especialmente os dirigentes da Instituição.

No tocante à garantia de divulgação de bolsas para pesquisa e iniciação científica (IC), a PROPES, mantém a publicação de eventos em sua página e há modalidades de IC financiadas por recursos próprios da UFABC e recursos externos, com parcerias³². São 9 (nove) tipos de bolsas.

Financiadas com recursos da UFABC, temos: 1) PDPD - Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia; 2) PDPD AF - Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia Ações Afirmativas; 3) PDPD ITI - Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia Iniciação Tecnológica e em Inovação; 4) PIC - Programa de Iniciação Científica. Com outras fontes de financiamento, temos: 1) PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (financiada pelo CNPq); 2) PIBIC AF - Programa Institucional de Bolsas de IC (financiada pelo CNPq); 3) PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de IC em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (financiada pelo CNPq); 4) PIBIC EM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio

³¹ <https://www.ufabc.edu.br/noticias/universidade-inicia-construcao-da-politica-institucional-de-cultura#>

³² <https://propes.ufabc.edu.br/ic/modalidades>

(finanziada pelo CNPq); 5) PICME - Programa de Iniciação Científica e Mestrado (finanziada pelo CNPq e com a CAPES, no mestrado e doutorado).

Em relação à extensão tecnológica, incluindo atividades de pesquisa tecnológica, a Agência de Inovação (Inova), mantém ações tipificadas como programas e projetos³³, normalizados pela Portaria Conjunta da PROEC e InovaUFABC Nº 001 de 16 de abril de 2019³⁴. Além disso, há um Comitê de Extensão Tecnológica (CETec), voltado a avaliar as políticas de extensão de cunho tecnológico em geral, criado pela Portaria nº 2.471/2022 – InovaUFABC³⁵.

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento artístico e cultural, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC disponibiliza editais de financiamento para ações culturais. O Programa de Apoio a Ações de Cultura (PAAC) constitui um dos principais alicerces para a implementação da política cultural da universidade. O Edital da Cultura tem como finalidade principal incentivar a formulação e a execução de atividades culturais, prioritariamente em âmbito local e regional, que contribuam para a formação artística e cultural dos estudantes de graduação e pós-graduação, dos docentes, dos servidores técnico-administrativos da UFABC, bem como da comunidade do entorno. O Edital do Programa de Apoio a Ações de Cultura (PAAC) destina-se à submissão de propostas de projetos, cursos, oficinas e eventos estritamente voltados ao âmbito cultural, com o propósito de promover ações de cultura de abrangência local e regional. Podem submeter propostas docentes e servidores técnico-administrativos da UFABC em uma das seguintes linhas temáticas: Audiovisual; Artes Cênicas, Visuais e do Corpo; Música; Formação, Patrimônio e Memória. Os editais preveem apoio administrativo e financeiro para a realização das ações, além da concessão de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação envolvidos nos projetos.

Em geral, as práticas de pesquisa científica e tecnológica e de iniciação científica da UFABC, têm dado resultados reconhecidamente exitosos, com viés inovador.

Com relação às Políticas de pesquisa e iniciação científica, o tema se efetiva na instituição por meio de políticas e ações específicas, que ocorrem em conformidade com

³³ <https://inova.ufabc.edu.br/atividades-de-extensao-tecnologica>

³⁴ https://inova.ufabc.edu.br/images/docs/Portaria_conjunta_ProEC_e_INOVA_001_19_-Extensao_Tecnologica_boletim_servico_ufabc_835_3.pdf

³⁵ <https://inova.ufabc.edu.br/images/Incubadora/CETEC.pdf>

as diversas políticas estabelecidas, que incluem a busca pelo respeito à diversidade cultural, intercâmbio de internacionalização e ações de extensão. A UFABC também busca fortalecer a articulação entre a graduação e a pós-graduação, promovendo a interação entre estudantes e pesquisadores.

A UFABC busca promover o desenvolvimento cultural por meio de ações que respeitem e valorizem a diversidade cultural, incluindo a promoção de intercâmbio e ações de extensão que busquem fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade. Além disso, a UFABC também busca criar espaços culturais que promovam a expressão artística e cultural. O Bloco C (Cultural) do Campus Santo André é um espaço físico que, quando concluído, fomentará o desenvolvimento cultural e artístico da região do ABC.

A instituição também oferece bolsas para pesquisa e iniciação científica para estudantes e pesquisadores, buscando fomentar a pesquisa e a iniciação científica, além da interação entre estudantes e pesquisadores e a articulação entre a graduação e a pós-graduação.

A Universidade desenvolve ainda espaços tecnológicos que promovam a inovação e o desenvolvimento tecnológico através de ações que fortaleçam a relação entre a universidade e a sociedade, em especial na relação com a região do ABC paulista e seu histórico de desenvolvimento através da industrialização.

Indicador 3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

A política de extensão universitária da Universidade Federal do ABC (UFABC) tem como objetivo promover a interação entre a instituição e a sociedade, orientando-se pelos princípios da interdisciplinaridade, interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social. As ações de extensão podem ser realizadas por meio de projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, entre outras modalidades.

As principais normativas que regulamentam a extensão universitária na UFABC são discutidas e deliberadas pela Comissão de Extensão e Cultura, com destaque para a

Resolução nº 12/2021, que define as atividades de extensão universitária da instituição. Esta resolução estabelece o compromisso institucional com as diretrizes vigentes da Política Nacional de Extensão Universitária e do Plano Nacional de Extensão Universitária, definidos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX).

O Programa de Apoio a Ações de Extensão constitui um dos principais alicerces para a implementação da política de extensão na UFABC. Com o intuito de fomentar e estimular a formulação e execução de atividades extensionistas, prioritariamente em âmbito local e regional, destaca-se o Edital do Programa de Ações Extensionistas (PAAE) como uma das principais modalidades para a submissão de propostas. O Edital PAAE é publicado anualmente, sempre no semestre anterior ao ano de vigência das propostas. Os prazos, procedimentos e formulários para submissão estão disponíveis no referido edital, publicado no site da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC). No ano de 2024 um total de 212 estudantes de graduação e de pós-graduação receberam ao menos uma bolsa de extensão, conforme relatório disponível na página de Estatísticas da UFABC (<https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>).

Podem ser propostas ações nas modalidades de programa, projeto, curso, evento ou oficina, em uma das seguintes áreas temáticas: Educação, Saúde, Comunicação, Arte e Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, e Trabalho. As ações de extensão devem contribuir para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes de graduação e pós-graduação da UFABC, valorizando a interdisciplinaridade, as áreas de conhecimento e as temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão Universitária, além de incentivar a participação de docentes e servidores técnico-administrativos. Os editais preveem apoio administrativo e financeiro para a realização das ações, bem como a concessão de bolsas para estudantes de graduação e pós-graduação envolvidos nos projetos.

No que se refere à curricularização da extensão, destacam-se a Resolução ConsEPE nº 253, que regulamenta a inclusão da carga horária mínima em ações de extensão e cultura exigida nos cursos de graduação da UFABC; a Portaria da Prograd nº 3572/2023, que dispõe sobre as atribuições e o fluxo do processo de registro e validação das atividades de extensão e cultura realizadas por discentes de graduação; e a Portaria

da ProEC nº 2717/2020, que estabelece critérios e processos para a avaliação de mérito extensionista e a viabilidade das atividades previstas como parte dos componentes curriculares dos cursos de graduação, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

A UFABC também promove a divulgação das atividades de extensão desenvolvidas por sua comunidade por meio de diversos canais, como a Revista Conectadas e os blogs UFABC Divulga Ciência e UFABCiência. A Conectadas – Revista Interdisciplinar de Extensão e Cultura da UFABC é um periódico semestral da ProEC, em formato digital e de acesso gratuito, que tem como objetivo promover o intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de ações de extensão e cultura, valorizando a interdisciplinaridade, o envolvimento da comunidade e os aspectos sociais dessas atividades.

Indicador 3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

A Universidade Federal do ABC (UFABC) adota políticas institucionais voltadas ao estímulo, valorização e difusão da produção acadêmica docente, reconhecendo o papel central da pesquisa científica, tecnológica e artística no fortalecimento de sua missão institucional. Essas políticas têm como objetivo promover um ambiente propício ao desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares de excelência, incentivando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de contribuir para o avanço do conhecimento e a transformação social.

Entre as principais estratégias adotadas pela UFABC para fomentar a produção acadêmica docente estão programas de apoio financeiro, redes interdisciplinares de pesquisa e iniciativas de incentivo à publicação científica e artística. Por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes), são disponibilizados editais específicos para financiamento de projetos, aquisição de equipamentos, participação em eventos e o fortalecimento de parcerias acadêmicas.

Em 2013, a UFABC estabeleceu política de incentivo à criação de Núcleos Estratégicos de Pesquisa, os quais objetivam promover a produção e a divulgação de conhecimento em áreas inovadoras e consideradas estratégicas para a universidade, e

também incentivar a interdisciplinaridade em nível de excelência - característica inerente ao projeto pedagógico da instituição (Resolução Consuni nº 104 - Normatiza os Núcleos Estratégicos de Pesquisa da UFABC). A principal atividade dos Núcleos é a pesquisa científica e tecnológica, desde que claramente vinculada à transmissão do conhecimento, por meio da interação com cursos de Graduação, Pós-Graduação e atividades de extensão da universidade. As atividades desenvolvidas pelos Núcleos deverão assegurar o caráter inovador de seus projetos, por meio da cooperação e integração interdisciplinar entre os diferentes Centros e demais instâncias da universidade.

Exemplos relevantes que podem ser mencionados são o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa Institucional de Bolsas de IC – Ações Afirmativas (PIBIC-AF), que incentiva docentes a envolverem estudantes de graduação em atividades de pesquisa científica e tecnológica, e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC EM). Esses programas fortalecem o vínculo entre ensino e pesquisa e contribui para a formação de futuros pesquisadores e são financiados com recursos do CNPq. Há também outros programas financiados com recursos orçamentários da própria UFABC, como o Programa de Iniciação Científica (PIC), o Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD), o Pesquisando Desde o Primeiro Dia Ações Afirmativas (PDPD-AF), o Programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia Iniciação Tecnológica e em Inovação (PDPD ITI), o Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), ampliando o escopo das áreas contempladas.

A UFABC valoriza a disseminação do conhecimento produzido por seus docentes e adota medidas para ampliar sua visibilidade acadêmica. A universidade promove editais anuais para o Apoio à Publicação de Livros e Capítulos, voltados a docentes que desejam publicar obras acadêmicas ou didáticas na Editora UFABC. Esse processo é normatizado pela Resolução nº 1/2022 do Conselho Editorial da Editora UFABC.

Para incentivar a publicação em periódicos de alto impacto, a instituição também oferece, por meio da Pró-reitoria de Pós-graduação (ProPG), editais de apoio à Publicação em Periódicos Qualificados, que concede auxílio financeiro para cobrir

custos de publicação em revistas científicas internacionais de acesso aberto, ampliando o alcance das pesquisas realizadas na UFABC.

Além disso, a UFABC conta com periódicos acadêmicos próprios, como a Revista PesquisABC - Informativo de Pesquisa Científica da Universidade Federal do ABC - e a Conectadas – Revista Interdisciplinar de Extensão e Cultura, que divulgam artigos originais, relatos de experiências e resenhas em diversas áreas do conhecimento. Ambas as revistas contam com disponibilização online. Adicionalmente outros canais de disseminação de pesquisas científicas, de divulgação científica e de popularização da ciência são mantidos pela UFABC e disponibilizados à comunidade acadêmica, como o UFABC em Pesquisa, o Pesquisas Pós-graduadas, o Click Ciência UFABC e o UFABC Divulga Ciência.

A universidade também promove eventos científicos e culturais que incentivam a troca de conhecimentos e a divulgação dos resultados de pesquisa. O Simpósio de Iniciação Científica da UFABC, realizado anualmente, é um dos principais espaços para a apresentação de trabalhos acadêmicos por docentes, estudantes e pesquisadores convidados. Além disso, eventos temáticos como os diversos Seminários de Pós-Graduação, realizados pelos cursos de pós-graduação stricto sensu, proporcionam ambientes de debate e integração entre diferentes áreas.

Por meio dessas estratégias integradas, a UFABC reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica, a interdisciplinaridade e a responsabilidade social, consolidando-se como um espaço dinâmico de produção e difusão do conhecimento. O estímulo contínuo à pesquisa e à produção acadêmica docente fortalece não apenas o papel da universidade como produtora de conhecimento, mas também sua missão social de promover o desenvolvimento científico e tecnológico em prol da sociedade.

Indicador 3.7 Política institucional de acompanhamento dos egressos

No tocante ao acompanhamento de egressos, a UFABC, embora tenha diretrizes claras em seu planejamento³⁶, ainda não conseguiu efetivar fluxos e bancos de dados de seus egressos. É necessário criar uma base de dados e informações centralizadas em um

³⁶ <https://propladi.ufabc.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-gestao>

sistema, que integre as áreas da UFABC e que permita monitorar os alunos desde o ingresso, sua trajetória em curso de graduação (s) de entrada e de formação específica e também na pós-graduação, até a ocupação como egresso. Este seria um mecanismo de monitoramento contundente, o que requer muito esforço conjunto da Instituição, nas dimensões política, técnica, orçamentária e em termos de disponibilidade de servidores. Além disso, essa é uma ação que depende em alto grau da vontade do egresso em manter vínculo / contato com a universidade, uma vez que não depende mais só da universidade a disponibilização de dados e informação dos alunos egressos, mas sim deles próprios.

No PDI, há menções de necessidade de incrementar a atração de estudantes egressos (as) dos cursos de graduação da UFABC, para os PPGs, mestrado e doutorado, por meio de um programa estratégico (PDI 2024-2033, p. 68). Esse programa mencionado é mais uma intenção pontual, já que não existe até o momento e pouco se relaciona de maneira concreta a uma política de acompanhamento de egressos.

Em alguns cursos, há iniciativas de manter contatos com os (as) egressos (as), como o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)³⁷, com perguntas desenvolvidas e com fim de avaliação de perfil de egressos instrumentalizado no programa, sendo iniciativas isoladas até o momento.

Há uma dificuldade muito grande de acompanhamento de egressos, por parte da Instituição, e, possivelmente outras IFESs tenham os mesmos problemas, sendo necessário criar um possível fórum de discussões e compartilhamento de ideias entre as Instituições, no tocante ao desenvolvimento de melhores práticas que possam promover ações exitosas.

Na graduação há consciência tanto desta necessidade quanto das dificuldades que estão implicadas, notadamente de recursos. Na Agenda Prioritária 2023-2024 do Planejamento de Gestão (p. 7)³⁸, há uma ação relacionada ao acompanhamento de egressos denominada “Acompanhar os egressos da UFABC”, cujas Áreas responsáveis são a ARI, a PROGRAD e a PROPG e envolvem outras 6 Áreas e os Centros. Tal ação ressalta a importância do acompanhamento de egressos, a ser desenvolvida e consolidada como política, na UFABC.

³⁷ https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=217&extra=20833970

³⁸ https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/planejamento_gestao/agenda_prioritaria_23_24_vf.pdf

As ações neste sentido só se iniciaram formalmente com a visita da UFABC a UNESP em dezembro de 2024, para conhecer o Portal Alumni e o recém criado Escritório de Gestão de Egressos e Carreiras. Esta ação deve ser seguida por uma nova ação que seria a visita programada à USP e pela manutenção do contato com a UNESP.

Quanto à necessidade de atuação ativa dos discentes no Programa de Acompanhamento, percebe-se que a sua sensação de pertencimento à Instituição são determinantes para a manutenção da base de dados de egressos atualizada. Neste sentido, cresce de importância que o seu engajamento nas diversas ações da Universidade aconteça o mais cedo possível, no transcorrer de sua vida acadêmica.

Portanto, é importante salientar que o acompanhamento de egressos é fundamental para avaliar a eficácia dos cursos e identificar áreas de melhoria, além de fornecer informações para o desenvolvimento institucional. Observa-se a necessidade de um sistema de acompanhamento de egressos para que seja possível monitorar sua trajetória e impacto na sociedade, embora, exista a dificuldade em obter dados, uma vez que a instituição depende da vontade dos egressos em manter contato, o que é um desafio. Alguns cursos têm iniciativas para manter contato com egressos, mas essas ações são isoladas e ainda não fazem parte de uma política institucional.

Indicador 3.8 Política institucional para internacionalização

A política institucional para internacionalização está articulada com o PDI 2024-2033³⁹ (pp. 56-60) e com o Projeto Pedagógico Institucional da UFABC (PPI, 2017⁴⁰). O Plano Institucional de Internacionalização (PII 2018-2023⁴¹, prorrogado em 2024⁴²) serviu de base para a política de internacionalização no PDI vigente⁴³, aprovado em

³⁹ https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/pdi/PDI_UFABC_2024_2033_ato_257_24_CONSUNI.pdf

⁴⁰ https://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf

⁴¹ https://ri.ufabc.edu.br/images/conteudo/consuni_ato_decisorio_162_anexo_-_plano.pdf

⁴² https://www.ufabc.edu.br/images/consuni/atos_decisarios/ato_decisrio_254_-_prorrogar_a_vigencia_do_plano_institucional_de_internacionalizao_2018-2023_por_1_ano_assinado.pdf

⁴³ A importância vem desde o PDI anterior, (PDI 2013-2022, prorrogado até 2023) (PII 2018-2023, pp. 2-3). Portanto, as questões são mantidas no PDI atual. PDI 2013-2022: https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPEE/pdi/livro_pdi.pdf

2024 (PDI 2024-2033, p. 57) e que reforça a importância da internacionalização como importante fator de intercâmbio e desenvolvimento científico (PDI 2024-2033, pp. 56), além de ser ressaltado como fator de excelência acadêmica (PPI, 2017, pp 31-33).

A política institucional para internacionalização apresenta atividades voltadas para programas de cooperação com universidades estrangeiras, promovendo projetos efetivos de cooperação e intercâmbio acadêmico.

A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) é a área responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e mobilidade docente e discente, promovendo em sua missão a cooperação e o intercâmbio científico e acadêmico entre a Universidade e as instituições estrangeiras⁴⁴. Além disso, a ARI firma acordos bilaterais, acordos de duplo-diploma e cotutela de tese, visitas estrangeiras e mobilidade internacional, que são publicados em seu repositório “ARI em Números”⁴⁵. O quantitativo histórico e informações relevantes de mobilidade acadêmica internacional e nacional, além das cooperações internacionais estão constantes na tabela ari01, do Repositório de Dados da UFABC⁴⁶.

Os resultados da UFABC no quesito internacionalização, têm sido bons nos últimos anos, mas entre 2020 e 2023, **não houve melhorias nem pioras relativas na posição da UFABC nos rankings, de maneira geral**, pois em cada ranking há progressos diferentes, havendo resultados as níveis de Brasil e Internacional. A visão geral de desempenho e resultados em rankings internacionais⁴⁷ está descrita na página da ARI; a UFABC participa dos rankings:

- QS Latin America

⁴⁴ <https://ri.ufabc.edu.br/institucional/apresentacao>

⁴⁵ <https://ri.ufabc.edu.br/institucional/ari-em-numeros>

⁴⁶ <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>

⁴⁷ <https://ri.ufabc.edu.br/institucional/rankings>

- Times Higher Education - World University Rankings

Para o ciclo de 2025- 2029, a proposta de atuação da ARI nunca esteve tão próxima da graduação, procurando, para além dos convênios internacionais de intercâmbio de estudantes, o aumento do oferecimento de disciplinas de graduação em língua inglesa, o apoio mútuo entre as áreas na lida com alunos ingressantes por meio de reservas de vagas para refugiados e o apoio aos alunos estrangeiros ingressantes por meio do Programa Estudante Convênio - PEC-G.

A política de internacionalização está articulada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2033 e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFABC. O Plano Institucional de Internacionalização (PII) 2018-2023 serviu de base para a política de internacionalização no PDI vigente, e o novo Plano Institucional de Internacionalização da Universidade Federal do ABC, para o período de 2025 a 2029 (PII - 2025-2029), está em elaboração. A internacionalização apresenta atividades voltadas para programas de cooperação com universidades estrangeiras, promovendo projetos efetivos de cooperação e intercâmbio acadêmico. A internacionalização é destacada como um fator importante para o intercâmbio e desenvolvimento científico, além de ser um fator de excelência acadêmica.

A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) é a área responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e mobilidade docente e discente, além de fornecer todo o suporte aos membros da comunidade acadêmica que estejam em algum programa de mobilidade internacional.

Os resultados da UFABC no quesito internacionalização têm sido bons nos últimos anos, mantendo a universidade entre as melhores do Brasil neste quesito em diversos rankings.

3.2 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Acolhimento e Permanência

Acolhimento

As ações de acolhimento e permanência da graduação contemplam especialmente os seguintes programas:

- Q-Zero - curso em modalidade EaD para ingressantes, disponível a partir da homologação da matrícula em que se busca apresentar a Universidade, iniciar a ambientação à instituição e introduzir algumas habilidades importantes para o Ensino Superior. É uma iniciativa inovadora que aproveita os meses de interregno entre a matrícula e o início das aulas.
- Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial - PEAT. Programa que conta com tutores docentes e discentes veteranos para orientar estudantes ingressantes ao longo do primeiro ano.

Tabela 1: Avaliação das ações de acolhimento de ingressantes. (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Avalie os seguintes aspectos da UFABC: [Ações de acolhimento de ingressantes]	Discentes de Graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	708	9%
2 (Pouco satisfatório)	1141	14%
3 (Regular)	2189	27%
4 (Satisfatório)	2280	28%
5 (Plenamente satisfatório)	1785	22%

Total Geral	8103	100%
-------------	------	------

Programas como o Q-Zero (curso EaD para ingressantes) e o PEAT (Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial) foram avaliados positivamente, com 50% dos discentes satisfeitos ou plenamente satisfeitos.

Permanência

As ações de permanência da UFABC com atendimento aos discentes envolvem especialmente as atividades dos seguintes setores:

- Divisão de Políticas Afirmativas, Bem Viver Comunitário e Diversidade (DPBD) - Setor que promove ações coletivas que buscam promover o bem viver comunitário e sua diversidade, incentivando práticas de promoção à saúde física e mental na intenção de uma convivência empática e solidária.
- Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) - Setor de apoio e orientação pedagógica para discentes de graduação;
- Divisão de Assistência Estudantil (DAE)- Contempla a política de concessão de auxílios socioeconômicos
- Seção de Acolhimento, Inclusão e Permanência (SAIP), uma subdivisão da DAE que tem como público alvo discentes que são PCD ou alvo de políticas de inclusão e acessibilidade. O acesso a qualquer serviço dessa seção é realizado mediante submissão de laudo médico atestando a condição.
-

Destacamos que não há, no momento, setores aos quais o corpo discente e a comunidade acadêmica em geral possa recorrer em caso de emergência médica ou psicológica. É possível que este fato esteja relacionado à avaliação negativa do atendimento psicopedagógico que veremos a seguir.

Apoio Psicopedagógico

Na pesquisa de Perfil Discente, a CPA incluiu a avaliação do apoio psicopedagógico, que contempla tanto o atendimento da DEAT quanto as ações da DPBD e os resultados seguem abaixo:

Tabela 4: Avaliação do Apoio Psicopedagógico (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Avaliação: Apoio psicopedagógico	Apoio	Discentes de graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	1343		24%
2 (Pouco satisfatório)	1063		19%
3 (Regular)	1263		23%
4 (Satisfatório)	980		18%
5 (Plenamente satisfatório)	875		16%
Total Geral	5524		100%

As avaliações negativas (1 e 2) superam as positivas (3 e 4) em 10%. Então é um tema que o corpo discente avalia que a Instituição não tem contemplado adequadamente e é necessário se debruçar sobre como aprimorá-lo. Não há questões semelhantes em anos anteriores, então nesse caso não temos parâmetro para identificar se as avaliações estão se deteriorando ou se esse tema é um ponto fraco do atendimento ao discente há mais tempo.

Orientação Pedagógica

As ações de orientação da DEAT, sob demanda dos estudantes ou por convocação, compõem o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA, instituído pela Resolução ConsEPE nº167). O número de atendimentos pelo PADA é publicizado quadrimensalmente na página de estatísticas da UFABC⁴⁸ e os atendimentos dos últimos dois anos são os descritos abaixo. Nota-se uma redução expressiva ao longo de todo o período.

Tabela 3: Número de atendimentos PADA

⁴⁸ <https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>, planilha prograd09.

Quadrimestre	Nº de alunos atendidos
1Q/2023	1143
2Q/2023	1067
3Q/2023	756
TOTAL/2023	2966
1Q/2024	703
2Q/2024	574
3Q/2024	256
TOTAL/2024	1533

Auxílios

Em relação aos auxílios socioeconômicos, 47% dos estudantes consideram os auxílios regulares ou satisfatórios e 29% os avaliaram como insatisfatórios

Tabela 2 - Avaliação das Ações e políticas de apoio à permanência estudantil (auxílios).
(Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Relatório parcial de Autoavaliação Institucional 2025



Ações e políticas de apoio à permanência estudantil (auxílios)	Discentes de Graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	711	13%
2 (Pouco satisfatório)	913	16%
3 (Regular)	1387	24%
4 (Satisfatório)	1361	24%
5 (Plenamente satisfatório)	1299	23%
Total Geral	5671	100%

Acessibilidade

A Pesquisa de Perfil Discente 2024 trouxe as seguintes respostas à avaliação dos programas de inclusão e acessibilidade:

Tabela 5: Avaliação dos Programas de inclusão e acessibilidade (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Programas de inclusão e acessibilidade	Discentes de graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	669	6%
2 (Pouco satisfatório)	572	5%
3 (Regular)	1351	12%
4 (Satisfatório)	1406	13%
5 (Plenamente satisfatório)	1327	12%

Não posso opinar	3955	36%
Prefiro não responder	1654	15%
Total Geral	10934	100%

Nesse caso, as avaliações positivas superam as negativas. Para esse quesito trouxemos as manifestações de “Não posso opinar” e “Prefiro não responder” que perfazem mais de 50% das respostas. Diferente de outros temas, nesse caso o fato de que pessoas que não são público alvo ou usuárias do serviço não se julguem responsáveis para opinar tem implicações que já foram apontadas em relatório da CPA em 2019, quando 32% do corpo discente que respondeu ao questionário da CPA deixou a questão em branco:

“Tal situação mostra que, apesar das políticas de acesso para o ingresso, pelo sistema de reserva de vagas para tal público, ainda é necessário que a UFABC crie estratégias para garantir a efetiva inserção das pessoas com deficiência no tripé universitário”.

Uma das razões por que falamos de inclusão e não apenas de acessibilidade, é que todas as pessoas precisam se adaptar para que as pessoas com deficiência sejam incluídas, não basta um tratamento especial em separado, um professor especial em separado, um banheiro especial em separado, é preciso que todos aprendam a conviver o tempo todo, e respeitar as especificidades de cada um. Por isso, nesse caso a omissão nas respostas indica que para um percentual muito grande de pessoas esse tema é irrelevante, o que põe em risco a política de acessibilidade e inclusão.

Ressaltamos ainda que a taxa de não respostas para esse tema é maior do que para outros que trazemos no presente relatório, como exemplo, em relação à avaliação do apoio psicopedagógico a abstenção foi de 50%, para monitoria 35%, para cursos de revisão de física e matemática 37% e em todos os demais casos tratados aqui a taxa foi menor do que na avaliação dos programas de inclusão e acessibilidade.

Monitoria e nivelamento

A graduação conta com aproximadamente 100 bolsistas que atuam em disciplinas e outros projetos de melhoria da graduação. As avaliações desse quesito são positivas, com apenas 14% de insatisfatório ou pouco satisfatório.

Tabela 6: Avaliação da Monitoria (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Monitoria	Discentes de graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	354	5%
2 (Pouco satisfatório)	618	9%
3 (Regular)	1898	27%
4 (Satisfatório)	2483	35%
5 (Plenamente satisfatório)	1806	25%
Total Geral	7159	100%

As ações de nivelamento compreendem cursos de revisão de matemática e física, em formato EAD que contam com monitores discentes e são supervisionados pela equipe pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação.

Tabela 7: Avaliação das Ações de apoio acadêmico cursos de revisão de matemática e física (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Avaliação: Ações de apoio acadêmico cursos de revisão de matemática e física	Discentes de graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	382	6%

Relatório parcial de Autoavaliação Institucional 2025



2 (Pouco satisfatório)	605	9%
3 (Regular)	1637	24%
4 (Satisfatório)	2232	32%
5 (Plenamente satisfatório)	2071	30%
Total Geral	6927	100%

Acompanhamento estágios

Em 2024 houve uma alteração na política de estágios com a Resolução 272/2024 que prevê a gestão centralizada dos procedimentos de estágios obrigatórios e não obrigatórios. Até a entrada em vigor dessa resolução, a gestão do estágio dependia da unidade administrativa à qual estava vinculado o curso. Essa medida ainda está em fase de implementação, mas avaliamos que é positiva porque evita múltiplos procedimentos para os mesmos fins, além de racionalizar o trabalho.

Tabela 8: Avaliação das Ações de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios. (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Avaliação: Ações de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios	Discentes de graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	643	11%
2 (Pouco satisfatório)	835	14%
3 (Regular)	1602	27%
4 (Satisfatório)	1518	26%

5 (Plenamente satisfatório)	1326	22%
Total Geral	5924	100%

Participação em eventos e mobilidade acadêmica

Dados publicados pela UFABC em sua [página de bancos de dados](#) (planilhas bd_prograd11) indicam que nos 1º e 2º quadrimestres de 2024 foram concedidos auxílios para participação em eventos a 76 discentes de graduação. Na ocasião de nossa pesquisa, ainda não estavam disponíveis os dados do 3º quadrimestre de 2024. Esses números incluem apenas financiamentos efetuados diretamente pela graduação, desconsiderando aqueles que têm outras fontes de financiamento como a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura ou a Pró-Reitoria de Pesquisa.

A mobilidade acadêmica é prevista e ocorre no âmbito da graduação, embora tenha dimensões modestas como mostram os números a seguir, extraídos da [página de dados da Assessoria de Relações Internacionais](#):

Tabela 9: Discentes mobilidade nacional ou internacional. (Fonte: ARI)

	2022	2023	2024
Mobilidade internacional e nacional - Alunos enviados	28	42	78
Mobilidade internacional e nacional - Alunos recebidos	13	18	21

A participação em eventos é reconhecida pela instituição como atividade complementar e as disciplinas cursadas em mobilidade acadêmica podem ser contabilizadas no currículo do discente como disciplinas de seu curso por mecanismos como equivalência de disciplinas ou aproveitamento de créditos livres.

Outras atividades complementares

A atuação discente dentro e fora da UFABC é reconhecida como atividade complementar à graduação. Há um amplo leque de atividades que recebe esse reconhecimento, estabelecidos na [Resolução CG 30/22](#), desde atuação profissional, estágios, iniciação científica, participação em projetos de extensão, cursos paralelos à graduação, participação em entidades estudantis e instâncias decisórias da Universidade e também em atividades de cunho cultural e esportivo. A avaliação referente a esses temas segue a seguir:

Tabela 10: Avaliação do Apoio da Universidade nas atividades complementares. (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Avaliação: Apoio da Universidade nas atividades complementares	Discentes de graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	847	14%
2 (Pouco satisfatório)	1179	20%
3 (Regular)	2030	34%
4 (Satisfatório)	1747	29%
5 (Plenamente satisfatório)	1285	22%
Total Geral	7088	120%

Tabela 11: Avaliação das Atividades extraclasse (esportivas, culturais, de integração universitária, etc). (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

Atividades extraclasse (esportivas, culturais, de integração universitária, etc)	Discentes de Graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	582	8%

Relatório parcial de Autoavaliação Institucional 2025



2 (Pouco satisfatório)	635	9%
3 (Regular)	1596	23%
4 (Satisfatório)	2177	31%
5 (Plenamente satisfatório)	2080	29%
Total Geral	7070	100%

Instâncias de acesso ao atendimento pelos Discentes

Para atendimento presencial, o corpo discente dirige-se à Central de Atendimento ao Discente (CAE), serviço que é tem avaliação satisfatória ou totalmente satisfatória para 60% dos respondentes:

Avalie o Atendimento na Central de Atendimento ao Discente (CAE)	Discentes de Graduação	Percentual
1 (Insatisfatório)	510	7%
2 (Pouco satisfatório)	660	9%
3 (Regular)	1673	23%
4 (Satisfatório)	2253	31%
5 (Plenamente satisfatório)	2128	29%

Total Geral	7224	100%
-------------	------	------

Na CAE é possível retirar a carteirinha e realizar procedimentos relativos ao passe escolar, além de receber orientações quanto a outros serviços. A solicitação de atendimento ao discente é realizada em sua maior parte pelos sistemas institucionais Central de Serviços da UFABC e SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas). As avaliações desses sistemas são, em geral, positivas, sendo um pouco melhores no caso da Central de Serviços, possivelmente por ser uma plataforma desenvolvida especificamente para a UFABC e, portanto, mais adaptada à instituição.

Tabela 11: Avaliação da Central de Serviços e do SIGAA. (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

	Central de Serviços da UFABC	Percentual	SIGAA	Percentual
1 (Insatisfatório)	426	5%	1037	11%
2 (Pouco satisfatório)	657	8%	1351	14%
3 (Regular)	1999	25%	2816	29%
4 (Satisfatório)	2651	33%	2661	28%
5 (Plenamente satisfatório)	2328	29%	1798	19%
Total Geral	8061	100%	9663	100%

No entanto, é preciso destacar que a forma de execução das solicitações não é intuitiva e que serviços que, do ponto de vista do estudante, são muito semelhantes,

precisam ser realizados em sistemas diferentes. Por exemplo, a equivalência entre disciplinas é solicitada via SIGAA, mas o aproveitamento de carga horária em disciplinas cursadas externamente como créditos livres é solicitado pela Central de Serviços. O trancamento e o cancelamento de disciplinas em período regular são solicitados pelo SIGAA, mas os mesmos procedimentos em sua forma excepcional devem ser solicitados pela Central de Serviços.

E isso em se tratando de solicitação pontual de serviços. Em caso de dúvidas sobre algum serviço, o caminho muitas vezes consiste no envio de email para o setor responsável. Como muitas vezes os discentes não sabem qual o setor responsável por cada serviço, pode ter início uma peregrinação física ou virtual e não é incomum que seja direcionado de um setor para outro, o que causa frustração nos discentes e pode sobrecarregar os servidores responsáveis pelos emails, que, além de responder às suas demandas específicas, precisam se ocupar de saber direcionar os discentes aos endereços corretos.

Para situações mais complexas, que demandam orientação, agendamento ou acompanhamento como os setores psicopedagógicos, o acesso ao atendimento reflete a organização administrativa da instituição, e cada setor estabelece as formas de contato, agendamento e resposta, nem sempre garantindo ao discente um protocolo para acompanhar a solicitação. As formas de contato vão desde emails institucionais do setor, passam por solicitação de agendamento e envio de dúvidas via formulário do *google* (orientação pedagógica da DEAT e inscrição no programa de tutoria PEAT) ou via *limesurvey* (inscrição para auxílios) ou ainda pelo próprio SIGAA (para inclusão de discentes em política de acessibilidade).

Ademais, o SIG, sistema utilizado pela UFABC do qual faz parte o SIGAA, é subutilizado para a Gestão de Atividades Acadêmicas. As atividades desenvolvidas pela própria instituição que não são disciplinas da graduação ou atividades de extensão dificilmente utilizam esse sistema. Assim, não há um prontuário que registre todos os atendimentos do discente em setores psicopedagógicos e as medidas tomadas em cada caso e não há integração entre os acompanhamentos psicopedagógicos das diferentes Pró-reitorias. Tampouco se implementa medidas de acompanhamento pedagógico baseado nos dados acadêmicos dos discentes, como inclusão dos discentes do PADA

em caso de que ocorram certas situações limites estabelecidas pela instituição (número de reprovações ou de aprovações, certo valor no Coeficiente de Aproveitamento, ou outro indicador).

Em caso de eventos e atividades que conferem certificados, estes são enviados para os discentes que devem incluí-los no SIGAA posteriormente para avaliação, não sendo utilizada a solução de organização de eventos disponível pelo próprio SIG.

Assim, ainda há muito a avançar no que diz respeito à integração dos sistemas de atendimento. Sugerimos que a instituição desenvolva uma única forma de acesso a todos os serviços, inclusive para o atendimento psicopedagógico, pela Central de Serviços e que institua nessa plataforma um campo para a centralização de todas as dúvidas, de modo que os estudantes tenham acesso a um número de protocolo para acompanhar a resposta e que as demandas sejam assertivamente direcionadas à equipe mais apta a responder e dar seguimento à demanda.

Sistema de Matrículas

A avaliação a seguir diz respeito ao Sistema de Matrículas. Vemos que são 34% de avaliações como pouco satisfatório ou insatisfatório e 37% como satisfatório ou muito satisfatório. A avaliação negativa provavelmente não decorre da plataforma do sistema de matrículas, mas de outras questões relacionadas à organização das matrículas em disciplinas, como o fato de que as matrículas são efetuadas no meio do quadrimestre anterior, o que não favorece o planejamento acadêmico e, mais especialmente, a disputa de vagas pelas disciplinas de alguns cursos.

Tabela 12: Avaliação do Sistema de Matrículas. (Fonte: Pesquisa Perfil Discente 2024)

	Sistema de Matrículas	Percentual
1 (Insatisfatório)	1687	17%
2 (Pouco satisfatório)	1681	17%
3 (Regular)	2740	28%
4 (Satisfatório)	2257	23%

5 (Plenamente satisfatório)	1378	14%
Total Geral	9743	100%

Considerações Finais

A partir do que foi exposto aqui, a política de atendimento discente na UFABC demonstra um grande compromisso, mas há desafios significativos a serem superados, especialmente no que diz respeito ao atendimento psicopedagógico, integração dos sistemas e políticas de inclusão. As recomendações apresentadas a seguir visam melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e garantir um ambiente acadêmico mais inclusivo, acessível e eficiente para todos os discentes.

Recomendações

1. Aprimorar o Atendimento Psicopedagógico:
 - Centralizar o acesso ao atendimento em um único portal ou sistema, preferencialmente o SIGAA ou a Central de Serviços, que já são utilizados pela comunidade acadêmica.
 - Implementar um prontuário integrado para registro e acompanhamento dos atendimentos, preferencialmente no SIGAA, que já é utilizado pela comunidade acadêmica.
 - Retomar o acolhimento psicológico emergencial e o encaminhamento à rede pública de saúde.
2. Integração dos Sistemas:
 - Ampliar o uso do SIGAA para centralizar todas as atividades acadêmicas, incluindo cursos, eventos e programas de tutoria.
 - Criar um campo único na Central de Serviços para solicitações e dúvidas, com número de protocolo para acompanhamento.
3. Fortalecer Políticas de Inclusão e Acessibilidade:
 - Promover campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão e acessibilidade para toda a comunidade acadêmica.

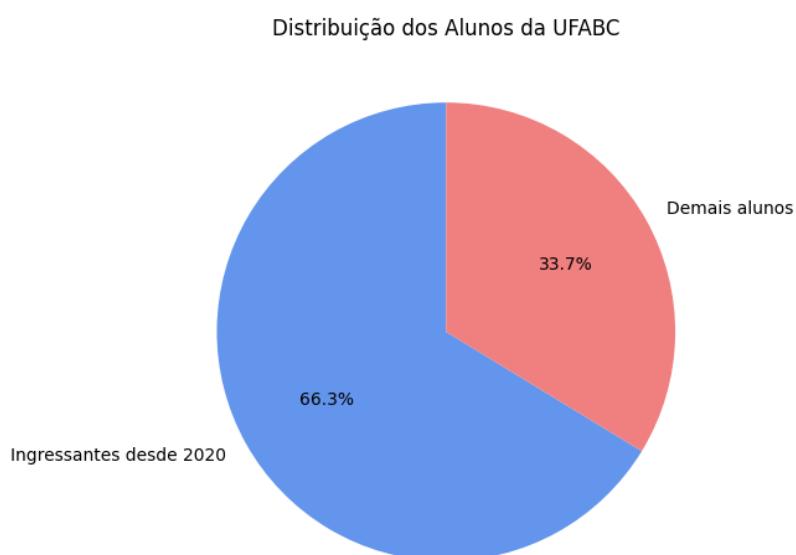
- Garantir que as políticas de inclusão sejam efetivas e integradas ao cotidiano da universidade.

Eixo 4: Política de Gestão

Dimensão 5: Política de Pessoal

As políticas de pessoal são fundamentais para a gestão eficaz de universidades públicas, como aquelas elaboradas e implementadas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Elas englobam as estratégias relacionadas à contratação, capacitação, valorização e manutenção do quadro de servidores, tanto técnico-administrativos quanto docentes, e são essenciais para o bom funcionamento e sustentabilidade da instituição.

Atualmente, a UFABC conta com um total de **22.601 alunos ativos**, distribuídos entre a graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu. Desses, **14.981 (aproximadamente 66,3%) ingressaram a partir do início de 2020**, evidenciando um crescimento significativo da demanda por serviços acadêmicos e administrativos nos últimos anos. Esse crescimento acentuado na quantidade de discentes impõe a necessidade de se ampliar a força de trabalho de servidores técnico-administrativos e docentes para suprir adequadamente as demandas institucionais.



Desde 2020, a UFABC admitiu **140 (cento e quarenta) novos servidores técnico-administrativos**, contribuindo para o fortalecimento de suas atividades e assegurando maior estabilidade e eficiência em suas operações. Esse esforço mostra o compromisso da universidade em manter um ambiente acadêmico e administrativo robusto e qualificado, reforçando a importância das políticas de pessoal no processo de expansão e inovação da instituição.

1. A Importância dos Servidores Técnico-Administrativos e Docentes

Os servidores técnico-administrativos desempenham funções essenciais para o cotidiano universitário, como o apoio à infraestrutura, à gestão de laboratórios e aos serviços administrativos, além da manutenção dos sistemas informacionais. O desempenho dessas funções permite que as atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão ocorram de maneira eficiente e integrada. Uma gestão de pessoal bem estruturada, que busque a valorização e a estabilidade desses profissionais, é, portanto, fundamental para garantir o pleno funcionamento da universidade.

No que diz respeito aos servidores docentes, é crucial garantir a continuidade de um quadro qualificado e motivado para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. A UFABC possui atualmente **814 (oitocentos e quatorze) servidores docentes ativos**, que constituem a espinha dorsal das suas atividades acadêmicas e científicas. Esse número reflete o esforço da universidade em atrair e manter profissionais altamente capacitados, com foco na excelência do ensino superior público.

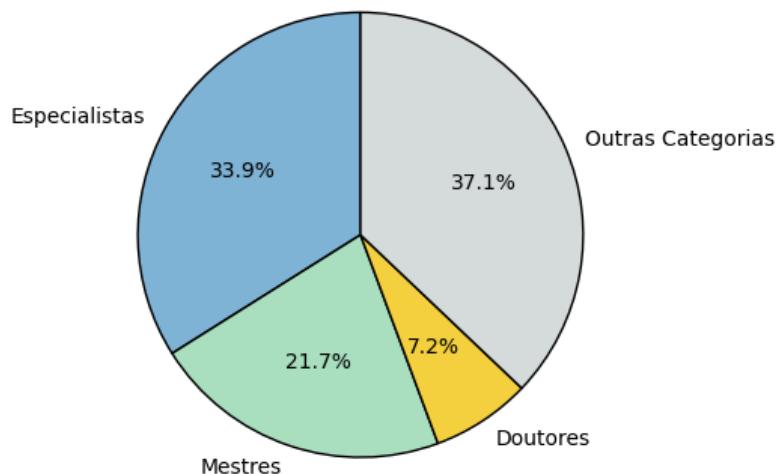
2. Desafios para a Retenção de Servidores e Evasão no Quadro Técnico-Administrativo

Em que pese os esforços institucionais supramencionados, entre os maiores desafios enfrentados pela UFABC, destaca-se a retenção de servidores técnico-administrativos, que frequentemente migram para o mercado privado ou mesmo outras instituições públicas em busca de melhores condições salariais e de carreira. A defasagem salarial em relação ao mercado externo, combinada à limitada progressão na carreira e à falta de investimentos em qualificação contínua, são as principais hipóteses cogitadas para esse

cenário de insatisfação e rotatividade, o que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados e o ambiente institucional.

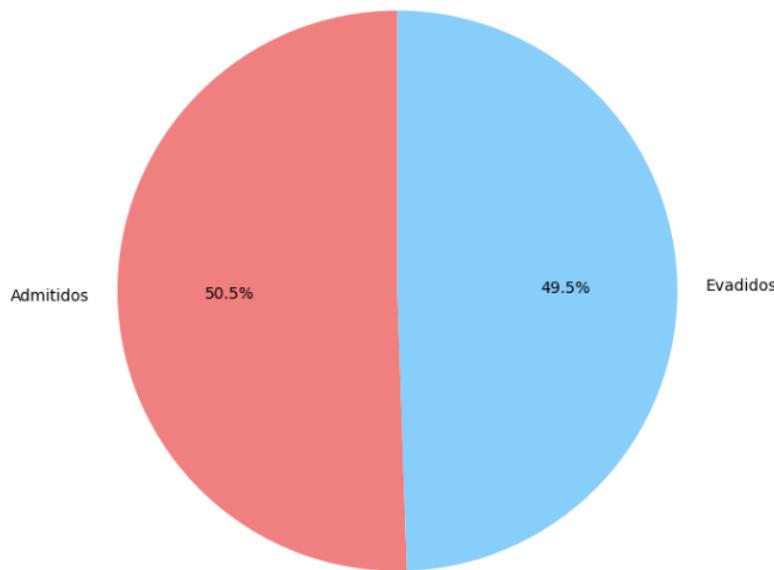
Desde 2020, a universidade registrou a saída de **137 (cento e trinta e sete) servidores técnico-administrativos**, representando cerca de **18% do total desse grupo na instituição**. Esse dado é significativo, especialmente ao considerar que a UFABC conta atualmente com aproximadamente **760 (setecentos e sessenta) servidores técnico-administrativos ativos**, dos quais **220 (duzentos e vinte) possuem títulos de mestre ou doutor**. Especificamente, a universidade conta com **258 (duzentos e cinquenta e oito) servidores especialistas**, **165 (cento e sessenta e cinco) mestres** e **55 (cinquenta e cinco) doutores**. A relação entre esses dados é ilustrada no gráfico abaixo.

Distribuição dos Servidores Técnico-Administrativos da UFABC por Formação

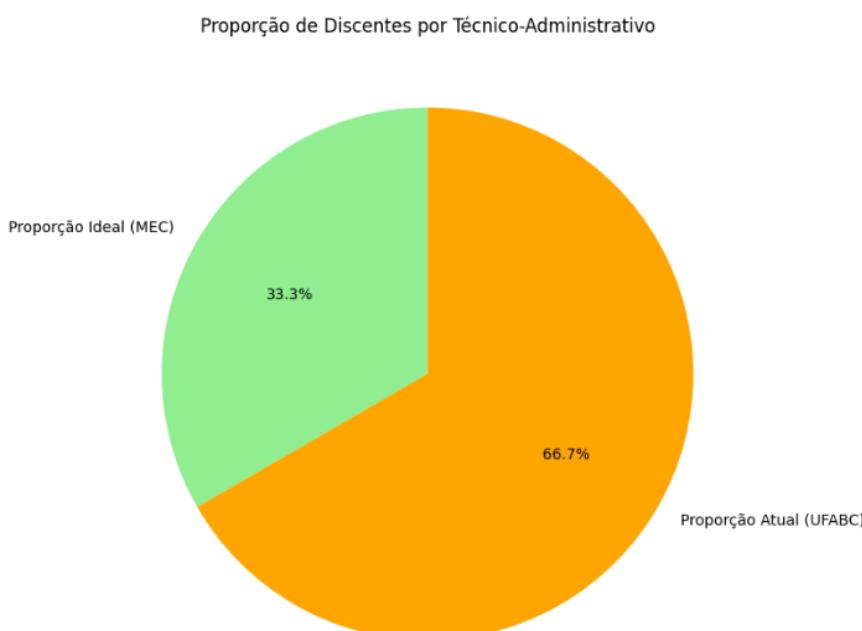


Com uma média anual de **34 (trinta e quatro) desligamentos por ano**, a taxa de evasão tem sido uma preocupação constante para a gestão da universidade. O gráfico apresentado na Figura a seguir ilustra a relação de proporcionalidade entre as admissões e as evasões de servidores a partir de 2020.

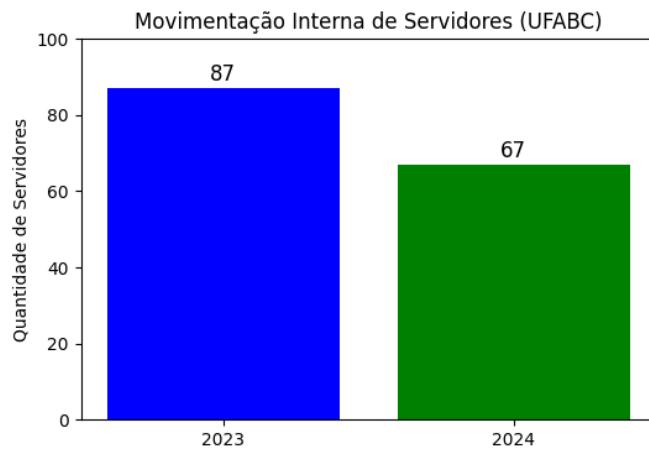
Admissões e Evasão de Servidores Técnico-Administrativos a Partir 2020



Além disso, segundo Correa (2024 et al.), é importante destacar que o Ministério da Educação (MEC) considera como ideal a proporção **de 15 (quinze) discentes para cada servidor técnico-administrativo (TA)** alocados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo que na UFABC essa proporção atualmente é de **28 (vinte e oito) discentes por TA**, ou seja, apenas quase metade do valor desejado. A Figura abaixo destaca a atual desproporcionalidade.

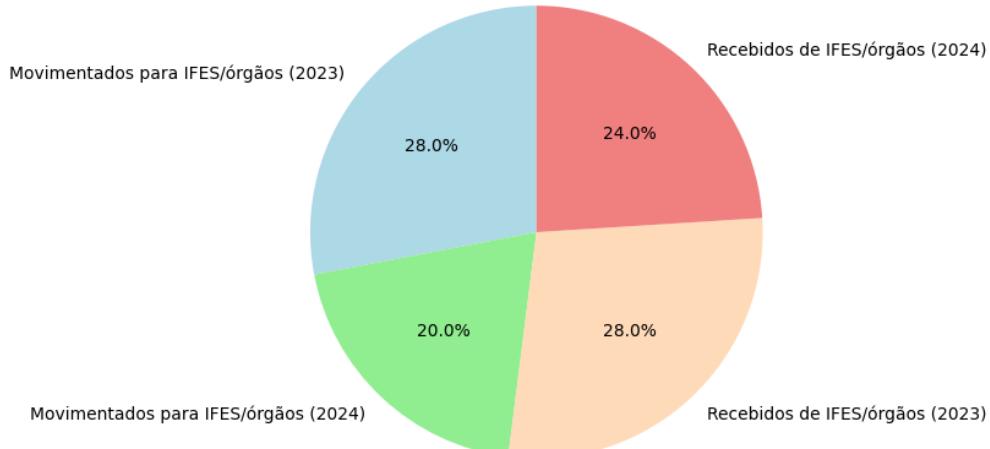


Ainda no tocante à evasão de servidores, um indicador intimamente relacionado é o nível de movimentação de servidores tanto dentro da Instituição, entre as suas unidades administrativas, quanto para fora dela. Segundo a Seção de Ingresso e de Movimentação de Pessoal (SIMP), a quantidade de servidores movimentada internamente diminuiu de 87 (oitenta e sete) para 67 (sessenta e sete), entre 2023 e 2024.



Quanto ao número de servidores movimentados externamente nestes últimos dois anos - somando docentes e servidores técnico-administrativos - também houve redução – embora mais sutil - do número de servidores movimentados para outras IFES ou órgãos federais, de 7 (sete) para 5 (cinco). Em contrapartida, a quantidade de servidores recebidos foi reduzida praticamente na mesma proporção, de 7 (sete) para 6 (seis). Ou seja, quando se trata do saldo entre servidores que migraram e que foram recebidos de outras IFES ou outros órgãos federais, ele é praticamente nulo.

Distribuição da Movimentação Externa de Servidores



O ponto crítico é que apesar de o saldo com as demais IFES, no que tange a movimentação de servidores, ser de quase zero, a evasão de um modo geral é alta. Esse é um problema que em maior ou menor grau atinge outras IFES, mas o fato é que a defasagem desses profissionais impacta diretamente em áreas críticas da universidade, como a administração de cursos, a gestão de sistemas e infraestrutura, e o apoio à pesquisa e extensão. A escassez de servidores leva a uma sobrecarga de trabalho para os profissionais remanescentes e compromete a continuidade de projetos e serviços essenciais.

3. Evasão de Docentes e Impactos na UFABC

Sobre os docentes, conforme a SIMP, a UFABC registrou nos últimos 4 (quatro) anos a entrada de 67 (sessenta e sete) docentes efetivos e de 163 (cento e sessenta e três) professores visitantes, que possuem contrato de trabalho temporário com a instituição. Ou seja, ingressaram na UFABC desde 2020, um total expressivo de 230 (duzentos e trinta) professores. Entretanto, destes, aproximadamente apenas 30% possuem vínculo permanente com a UFABC. Por outro lado, conforme a Divisão de Acompanhamento Funcional (DAF), também vinculada à SUGEPE, 182 (cento e oitenta e dois) professores deixaram a UFABC no mesmo período, dos quais 47 (quarenta e sete) possuíam vínculo permanente com a instituição e 135 (cento e trinta e cinco) eram visitantes, isto é, aproximadamente $\frac{3}{4}$ do total. Portanto, nos últimos 4 (quatro) anos a

UFABC registrou um saldo líquido de 48 (quarenta e oito) entradas de docentes da Universidade. A Tabela 1 expõe tais informações.

Tabela 1 - Ingressos e Saídas de Docentes na UFABC (2020-2024)

Categoria	Docentes Efetivos	Docentes Visitantes	Total
Ingressos (desde 2020)	67	163	230
Saídas (desde 2020)	47	135	182
Saldo Líquido	20	28	48

4. Impactos e Soluções para a Retenção de Servidores

Além do impacto no funcionamento diário da universidade, a evasão de servidores técnico-administrativos prejudica a capacidade da UFABC de atender à crescente demanda por inovação e qualidade no ensino superior público. Para reverter esse cenário, é fundamental a implementação de políticas de valorização salarial, programas de incentivo à qualificação e estratégias para melhorar as condições de trabalho. Essas ações são imprescindíveis para garantir a estabilidade da universidade e a manutenção de seu quadro de servidores altamente qualificados.

Embora tais ações, principalmente aquelas relacionadas a questões remuneratórias e a uma reestruturação do plano carreira, dependam de fatores externos à UFABC, notadamente de atores políticos de circunscrição nacional, ações mais pontuais, que potencialmente contribuem para reter um corpo competente de servidores na Universidade, têm sido implementadas localmente.

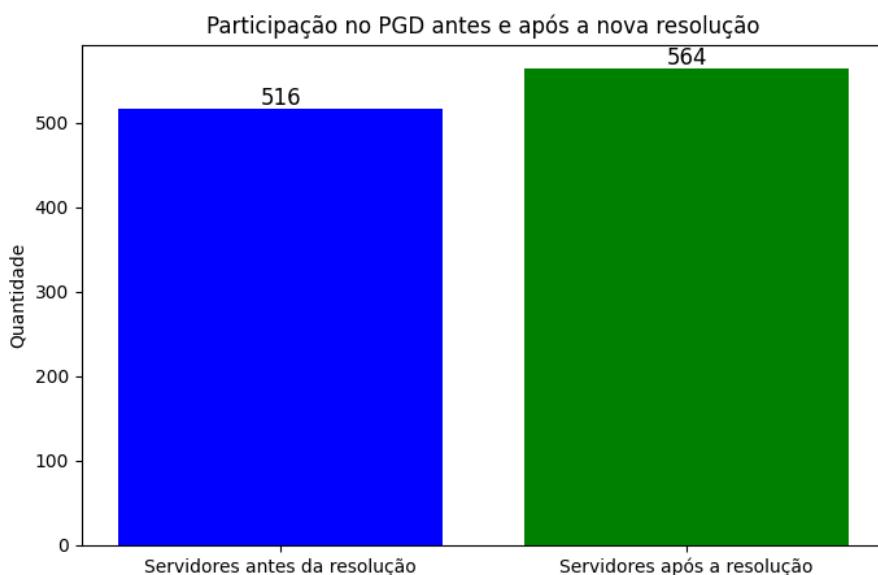
Um exemplo relevante destas ações é o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), instituído em 2022 e reformulado em 2024, que possibilita ao servidor participante executar parte de sua jornada semanal de trabalho fora das dependências da UFABC, o que, em seu turno, melhora a sua qualidade de vida e reduz, em tese, a probabilidade de evasão de servidores.

Aliás, apesar de o PGD, fundamentado especialmente no princípio da eficiência, possuir como principal propósito aumentar o desempenho individual de seus participantes e melhorar a qualidade da prestação dos serviços públicos oferecidos pela UFABC, cumpre salientar que um dos seus objetivos explícitos, consoante o inciso X do art. 4º da resolução ConsUni 236/2024, é melhorar a qualidade de vida para quem adere ao programa, bem como atrair e reter talentos na Universidade. Ou seja, busca-se

iliar aumento de produtividade e de qualidade na prestação de serviços públicos com um contexto de vida laboral mais satisfatório e menos extenuante para os servidores técnico-administrativos, proporcionando-lhes, potencialmente, maior qualidade de vida.

Ademais, é importante salientar que recentemente houve mudança na normativa que rege o PGD na UFABC, com a revogação da Resolução ConsUni nº221/2022 e a vigência da Resolução 236/2024, aprovada em julho do ano passado. A principal alteração foi a mudança de paradigma na aferição do trabalho executado pelos servidores: antes a análise consistia nas atividades realizadas como, por exemplo, acompanhamento de e-mails, de processos, etc. e com a nova resolução passou a ser as entregas, como o número de atas produzidas, de afastamentos tramitados, etc. Outra alteração relevante foi a exigência de ao menos 2 (dois) dias de expediente presencial semanal na UFABC para quem aderisse ao regime teletrabalho parcial, ao passo que na resolução anterior a presencialidade mínima era de (1) um dia semanal e havia menos exigências para ser aceito no regime de teletrabalho integral.

Entretanto, apesar desta última alteração, que, em tese, reduziria os incentivos para a adesão ao programa, a quantidade de servidores participantes do PGD, segundo dados da Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEPE), aumentou após a aprovação da nova resolução, passando de 516 para 564, o que representa 71% (setenta e um por cento) do total de servidores técnico-administrativos da UFABC. Além disso, atualmente 139 (cento e trinta e nove unidades administrativas) participam do PGD.



Outra ferramenta importante para a retenção de servidores, de cunho não remuneratório e, portanto, dentro da alçada mais direta de governabilidade da UFABC, é o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), estabelecido para a administração pública federal em 2019, e que tem por objetivo regular no âmbito da administração direta, autarquias e fundações públicas federais as licenças e as ações para desenvolvimento instituídas pela lei 8112/90. No caso da UFABC, o assunto foi regulamentado no ano seguinte, por meio da Portaria da Reitoria 183/2020, o que confere, desde então, às ações de desenvolvimento maior planejamento e previsibilidade.

Considerações Finais

Tendo em vista tudo isso, os desafios para se evitar ou se mitigar a evasão de servidores são complexos porque uma de suas principais variáveis, a questão remuneratória, depende fundamentalmente de fatores externos, por demandar aprovação legislativa e consequentemente robusta mobilização e articulação político-eleitoral, sendo que atualmente há uma discrepância salarial significativa entre os técnico administrativos em educação e as demais carreiras técnicas do serviço público federal e mesmo dos docentes para com essas mesmas carreiras. Contudo, as ferramentas de uso local, embora apoiadas em normas de abrangência federal, conferem autonomia para as IFES promoverem uma gestão de pessoas que valorizem a capacitação de seus servidores e os incentivem a permanecer nelas, promovendo-lhes melhor qualidade de vida. No caso específico da UFABC, mesmo com o curto período de tempo praticados, o PDP e o PGD aparentemente contribuem nesse sentido, uma vez que principalmente o último possui impacto direto na rotina de vida dos servidores técnico-administrativos, pois ao se reduzir a necessidade de comparecimento ao local de trabalho, diminui-se também o tempo de deslocamento do servidor, o que consequentemente aumenta o seu tempo livre e a sua qualidade de vida; além de simultaneamente se estimular uma gestão baseada em resultados e não meramente em assiduidade.